



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O [P1]SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Está aberta a presente reunião de audiência pública.

Está presente o Ministro Henrique de Campos Meirelles, que vem a esta Comissão de Orçamento, em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao primeiro semestre de 2008, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal.

Anuncio também a presença do Dr. Antero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração; do Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica; do Dr. Alexandre Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro.

Convido os Srs. Presidentes das Comissões e o Senador Delcídio Amaral, Relator-Geral do Orçamento, para comporem a Mesa dos trabalhos.

Está presente também a nobre Senadora Silhessarenko, nossa Relatora da LDO, que fez sua função com muito brilhantismo.

Convidarei os Presidentes Pedro Eugênio, Jilmar Tatto, Dr. Pinotti, Aloizio Mercadante e Senador Quintanilha para participarem da Mesa tão logo cheguem à reunião.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, solicito especial atenção ao estabelecida no art. 398, Incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal.

O palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, podendo ser aparteado desde que o permita. Certamente, o Ministro não permitirá o aparte, porque ele não acontecerá. Iremos cumprir o Regimento.

Os Srs. Parlamentares inscritos podem interpelar o expositor sobre o assunto da exposição pelo prazo de 5 minutos, tendo interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

A lista de inscrição está aberta para o debate.

Passo a palavra, de imediato, ao Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUES MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como sempre, é uma grande honra estar nesta Casa expondo para os Parlamentares e exercendo uma das nossas funções mais importantes. Como disse, a presença no Congresso, atendendo à determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, é uma das atividades mais importantes do Banco Central, a qual exercemos com grande honra e grande satisfação.

Daremos[P2], em primeiro lugar, um panorama atual dos resultados do Banco Central, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal; em segundo lugar, um panorama da economia mundial e da crise econômica; em terceiro lugar, como se posiciona, no momento, o Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Banco Central do Brasil apresentou, no primeiro semestre de 2008, o resultado líquido e de 3,7 bilhões de reais positivos.

De acordo com a legislação aplicável, o resultado no primeiro semestre de 2008 foi transferido ao Tesouro Nacional em setembro.

Como é do conhecimento de todos, foi mudado o sistema de apresentação de resultado do Banco Central, no sentido de se transferir imediatamente para o Tesouro Nacional os resultados referentes à reserva internacional e aos *swaps* cambiais, as receitas e despesas referentes a esses itens.

Mostrarei a evolução das receitas e despesas desses itens, a fim de que fique claro, exatamente, quais as razões que hoje justificam, mais do que nunca, aquela mudança, na medida em que teremos a oportunidade de observar, nos próximos anos, o resultado do Banco Central exatamente no que interessa de suas operações, como determina a lei, e não ficar discutindo, necessariamente, os efeitos da variação cambial nas reservas ou nos *swaps*.

Mas hoje, para termos uma visão geral de partida do processo, faremos também uma apresentação dos resultados das reservas e dos *swaps*.

Resultado de operações de mercado aberto, positivo, 8 bilhões, 482 milhões; operações de moeda estrangeira, negativo, 26 bilhões; operações de *swaps*, 5.2 bilhões; operações com o Governo Federal, equalização cambial e juros, 13 bilhões e 600 milhões; depósitos compulsórios, 4 bilhões e 600 milhões; outras despesas... Portanto, resultado líquido de 3 bilhões, 173 milhões de reais.

Passarei agora às contas de maior expressão, que são aquelas, como mencionei, dos *swaps* cambiais e das reservas.

No primeiro semestre de 2008, o resultado dos *swaps* cambiais foi negativo, de 5.2 bilhões de reais, e o resultado das reservas internacionais foi negativo, de 39. 5 bilhões de reais.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Verificaremos agora, para informação das Sras. e Srs. Parlamentares, o resultado das contas no segundo semestre de 2008.

Até dia 31 de outubro, os *swaps* tinham dado um resultado positivo, um lucro, no caso, de 11 bilhões, 140 milhões de reais, e as reservas internacionais um resultado positivo, um lucro de 102,7 bilhões de reais. Por quê? Porque, evidentemente, esses resultados são influenciados pela cotação cambial do dólar norte-americano frente ao real e a outras moedas. O resultado foi positivo no segundo semestre exatamente em função do aumento da cotação cambial do dólar norte-americano.

Por outro lado, sabemos que o Tesouro Nacional possui uma dívida externa que tem um efeito contrário. Mas não entraremos, no momento, nesse aspecto.

Mostrarei agora o resultado de todo o ano de 2008.

Até 31, de outubro, o resultado de *swaps* cambiais foi de 5,9 bilhões de reais positivos. Cerca de 6 bilhões de reais de lucro do Banco Central do Brasil com os *swaps* até 31 de outubro.

Os *swaps* cambiais reversos, aqueles que foram objeto de grande discussão em passado recente, já foram liquidados e deram um resultado líquido expressivo, um lucro ao Banco Central do Brasil expressivo, próximo a esse valor.

Resultado: as reservas internacionais no ano, portanto, cerca de 63 bilhões de reais positivo. Apenas lembrando, no segundo semestre, até outubro, *swaps*, 11 milhões; reservas 102,7 bilhões de lucro. No caso do ano todo, aproximadamente 6 bilhões para o *swaps* e 63 bilhões para as reservas.

Se olharmos agora as operações de *swaps*, apenas para analisarmos essas operações isoladamente, desde o seu início, na primeira operação realizada em 2002 vamos ver a volatilidade que resultou exatamente em função das variações cambiais: 11 bilhões negativos em 2002; 15 bilhões e 600 milhões positivo em 2003; 6 bilhões em 2004; 2,6 bilhões positivos em 2005, e por aí adiante. O resultado total das operações da *swaps* desde a sua inserção até hoje, 31 de dezembro, um lucro de 5 bilhões de reais aproximadamente.

Em resumo, havíamos explicado em falas anteriores nesta Casa que a avaliação das operações de *swaps*, por exemplo, não se deve fazer mês a mês, ou semestre por semestre, exatamente porque é uma avaliação meramente contábil. Só podemos saber o resultado das operações no final do processo, quando elas são de fato liquidadas. No caso dos *Swaps* Reversos, objeto de grande discussão em muitos momentos, o resultado final foi um lucro positivo acima de 4 bilhões de reais.

Portanto, aí, sim, sabemos qual o resultado dessas operações. Mas apesar dos lucros das reservas e dos lucros dos *swap*, devemos esclarecer que a finalidade dessas operações não é dar lucro ao Banco Central. A finalidade dessas operações é proteger o País. As reservas internacionais são muito importantes para proteger o País, como vou mostrar, e os *swaps* cambiais também são instrumentos de política cambial da maior importância, visando proteger os mercados e dar maior liquidez aos mercados de câmbio.

Se olharmos agora apenas uma evolução das reservas internacionais durante este ano, vamos ver, em azul, como evoluíram e, em laranja, as operações de *swaps*, que eram *Swaps* Reversos até setembro, depois a zeragem, e a construção de uma posição menor de *swaps*.

Vamos agora passar aos objetivos do Banco Central. O objetivo é o cumprimento da meta de inflação estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional para 2008/2009/2010 (4,5% de inflação, com intervalo de tolerância de 2 pontos percentuais.)

Vamos analisar exatamente o comportamento da inflação nos últimos anos. Em azul, a inflação nos últimos anos. Neste ano, objeto dessa discussão, a inflação até outubro de 2008, acumulado 12 meses, 6,41%. Portanto, no limite superior do intervalo de tolerância, dentro do intervalo de tolerância.

As expectativas de mercado para 2008 são de 2,39%, em vermelho; e para 2009, no momento, 5,20%. Portanto, se partirmos agora para uma análise dessas expectativas, vamos ver para 2008, em azul, a evolução das expectativas. Durante o ano de 2008 houve uma subida, durante o correr do ano, por razões sobejamente discutidas nas atas do Comitê de Política Monetária. Houve uma evolução importante de preço de *commodities*. Existia uma preocupação do Banco Central, nesse período, com a dinâmica da demanda doméstica. Com tudo isso houve uma evolução. A expectativa de inflação sofreu uma queda nos últimos meses e depois uma subida, de acordo com o que mostra o gráfico, até o patamar indicado por nós.

A expectativa de 12 meses à frente, em laranja, e a expectativa de 2009, a evolução, subida. Houve uma estabilidade, houve uma queda e houve uma subida recente, evidentemente influenciada aqui pela evolução das cotações cambiais.

Nós, como todos sabem, não preanunciamos decisões de política monetária, estaremos divulgando o relatório de inflação do Banco Central no mês de dezembro, quando aí, sim, faremos projeções que divulgaremos para o ano de 2009.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Àquela altura, uma projeção que deve ser já bastante acurada para o ano de 2008, e também os nossos comentários sobre evolução de política monetária.

O objetivo do Banco Central do Brasil: política de crédito. O BC tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Então, não há metas formais.

Crédito sobre PIB. Valor mais alto desde o início das séries históricas, em 1995, 40,2% atingido em outubro, em 31 de outubro de 2008. Portanto, o crédito tem aumentado consistentemente nos últimos anos, partindo de um patamar de cerca de 22% até o patamar de 40,2% no mês de outubro de 2008.

Se olharmos a evolução dos diversos tipos de crédito: pessoas físicas, jurídicas e direcionado, veremos que até durante o ano de 2008 houve um crescimento mais pronunciado do crédito para pessoas jurídicas. Até comparado com a pessoa física houve um crescimento nesse último ano um pouco mais pronunciado, enquanto que nos anos anteriores o crescimento do crédito da pessoa física vinha sendo em patamares mais acelerados.

Houve muitas discussões legítimas sobre a evolução recente do crédito do Brasil. Sabemos que houve uma mudança grande nos mercados mundiais de crédito a partir do mês de setembro, com a falência do banco americano Lehman Brothers. Houve uma grande restrição ao crédito internacional. Isso atingiu o Brasil. No final de setembro tivemos uma contração de crédito importante no Brasil. Houve uma queda de crédito em alguns momentos, chegando a cerca de 13%, 14% numa base semanal, depois uma recuperação gradual.

Se nós compararmos os 8 primeiros dias úteis de novembro frente aos primeiros dias úteis de outubro, no entanto já vemos essa recuperação: 5,7% de recuperação do crédito, concessões de crédito, no caso, comparado os primeiros dias novembro com os primeiros dias de outubro. Pessoas físicas, uma recuperação maior, de 14,8%; pessoas jurídicas, 1,2%.

Portanto, não atingimos ainda os patamares que tínhamos antes da eclosão da crise internacional, mas estamos claramente numa trajetória de recuperação gradual. Tanto que, mais uma vez, o crédito do início de novembro foi já de 5,7%, superior ao crédito do início de outubro, medido por concessões.

Inadimplência do crédito livre. Vamos ver que a inadimplência tem caído nos últimos 2 anos, diria. Desde o início de 2007 temos uma inadimplência que tinha subido substancialmente com o início do processo de crescimento do crédito no Brasil. Durante os anos de 2005, 2006 subiu e depois voltou a cair, estando agora próximo a patamares mínimos e, vamos dizer, mais próximo à média histórica também, mas num patamar inferior.

Se olharmos agora o crédito do Brasil do ponto de vista de qualidade, operações de risco consideradas AA a C vamos chamar de operações normais, em laranja vamos ver que o grande percentual do crédito do Brasil se encontra nessa qualificação.

Risco 1, operações classificadas de D a G, classificações[MSOffice5] do Banco Central; temos um percentual menor. Risco 2, classificadas como H, que são aquelas operações de alto risco. De fato, volumes bastante menores. Portanto, vemos aqui exatamente a substância do argumento quando dizemos que o mercado de crédito brasileiro, hoje, é solvente, saudável, e que não pode ser comparado com mercados de países que estão enfrentando problemas de crédito graves.

No Brasil, como já mencionamos, voltaremos a isso depois, tivemos um problema de liquidez, que gerou a redução de crédito, reflexo da diminuição do crédito, de linha interbancária, principalmente, ou mesmo para empresas do crédito internacional. Posteriormente voltaremos a isso.

O índice de capitalização do sistema bancário brasileiro também está acima do padrão internacional exigido. O índice de capital mínimo exigido pela Basileia é de 11%; o índice da Basileia é de 8%, que é a faixa aceitável. Vemos aqui que o sistema brasileiro está em 15,8%. Então, o sistema brasileiro está com índice de capitalização superior a dos padrões internacionais.

Discutiremos agora o que já foi mencionado, que é a questão da liquidez em reais. Como vimos, a crise internacional de crédito afetou o Brasil, via canal de crédito. Isto é, os bancos internacionais, que emprestavam aos bancos brasileiros para financiar exportação e importação ou financiar empresas brasileiras, e colocavam papéis nos mercados internacionais, restringiram muito suas operações. Isso fez com que houvesse, portanto, uma contração de liquidez no Brasil. Inicialmente, no mercado de dólares; em seguida, no mercado de reais.

Passando agora ao mercado de reais, o Banco Central tomou uma série de medidas, dentre as quais: prover liquidez principalmente bancos pequenos e médios; destravar o crédito bancário; e aprimorar o mecanismo de desconto para eventualidade de qualquer problema.

O Banco Central fez uma redução de compulsórios, isto é, liberou os compulsórios dos bancos, depositados no Banco Central do Brasil, no valor de 91 bilhões de reais. Significa, Sras. e Srs. Parlamentares, que o Banco Central do Brasil teve uma atitude prudente, que na época foi classificada como muito conservadora. O Banco Central exigiu, nos últimos anos, que os bancos deixassem uma parte importante de sua reserva de liquidez no Banco Central, por meio de



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

depósitos compulsórios. Isso está se revelando agora muito importante, na medida em que o Banco Central pode enfrentar a crise de liquidez liberando depósito compulsório dos próprios bancos, em vez de fazer como os outros países, que têm que usar recursos públicos para prover liquidez aos mercados, como está ocorrendo em muitos países. Portanto, 91 bilhões de reais, oriundos dos próprios bancos, depositados no Banco Central, que foram liberados.

Provisão de liquidez desta parcela, direcionada especificamente para bancos pequenos: foram disponibilizados 29,5 bilhões. Cerca de pouco menos do que 20 milhões já foram usados especificamente. Esse recurso pode ser liberado apenas quando o banco maior apresenta comprovação de que comprou carteira ou repassou para bancos pequenos emprestarem recursos.

Provisão de liquidez em reais para compra de dólares com compromisso de venda simultânea, basicamente para operações de ACC. Esses recursos de dólares são usados fundamentalmente, disponibilizados 6 bilhões de reais; adicionais para o crédito agrícola, 5,5 bilhões de reais. Ainda não consta nesta apresentação, mas foi anunciada, ontem, a decisão da Diretoria do Banco Central de que parte daqueles 29,5 bilhões de reais poderá ser direcionada até o valor de 6 bilhões de reais para o BNDES, para emprestar para capital de giro de empresas. Em resumo, mais uma medida visando, em última análise, preservar a economia brasileira do efeito da crise internacional. Como vimos, o crédito da pessoa física reagiu mais rapidamente do que o crédito da pessoa jurídica, com os números que mostramos. Concluímos [MSOffice6]que precisamos dar mais recursos direcionados especificamente a pessoas jurídicas. Uma das formas foi exatamente um direcionamento específico ao BNDES, que trabalha exclusivamente com pessoa jurídica.

Resultados: após queda acentuada, no início de outubro, houve recuperação gradual, como já mostramos, de 5,7% de recuperação, do começo de novembro sobre outubro; e normalização da situação de liquidez dos bancos médios, inclusive bancos das montadoras. Evidentemente, alguns bancos com maior liquidez do que outros, mas o fato concreto é que aquele aperto de liquidez importante já foi, em larga medida, superado. De novo, sempre existe uma outra instituição que não está em situação tão confortável como outras, é normal, mas é um processo de gradual normalização. As preocupações mais importantes já estão endereçadas.

Em relação à política cambial, os objetivos do Banco Central é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. Não há metas, como sabemos, para a taxa de câmbio.

Como mencionamos, houve uma restrição do Sistema Financeiro Internacional para o financiamento das exportações brasileiras, o que gerou contração forte — vamos mostrar isso em algum momento — dos créditos de exportação, ACC. O Banco Central tomou uma série de medidas visando exatamente recompor essas linhas de liquidez: leilões com recompra, como já mencionei, de cerca de 7 bilhões de dólares; empréstimos com garantias em *global bonds* de 1,5 bilhão de dólares, para aplicação em ACC; e empréstimos diretamente garantidos por ACC e ACE, de 3,8 bilhões de dólares. Além disso, medidas para prover liquidez em dólares, geral, para o mercado, de cerca de 6,3 bilhões de dólares. De novo, medidas para atender a necessidades específicas de liquidez dos mercados, visando não prejudicar a economia brasileira em função da crise internacional.

Felizmente, o Brasil dispunha, e ainda dispõe, de recursos de reservas internacionais elevadas. Outra medida, também objeto de críticas durante alguns anos, porque as pessoas se preocupavam com o custo e carregamento dessas reservas, é no sentido de mostrar que, frente aos benefícios, esses custos são baratos, principalmente porque as reservas, em si, estão hoje dando, na realidade, lucro ao Banco Central.

Injeção total de recursos para prover liquidez em dólares: 18,5 bilhões de dólares. Deixo mais uma vez claro que a finalidade das reservas não é dar lucro ao Banco Central, mas proteger o País. Estou mencionando que, além disso, neste ano, especificamente, particularmente neste semestre, as reservas estão propiciando lucro considerável. Mas a finalidade da reserva é aumentar a resistência do País aos choques internacionais, como está acontecendo, e permitir que o Banco Central tome as atitudes que está tomando. Portanto, até agora houve uma injeção total de recursos para prover liquidez, em dólares, de 18,5 bilhões de dólares.

Medidas para ampliar a liquidez no mercado de derivativos cambiais: cerca de 30 bilhões de dólares. Também medidas muito importantes, porque os mercados cambiais assim funcionam: mercado à vista e mercado futuro. Felizmente, como mencionei, o Banco Central do Brasil tinha posições que seriam equivalentes a posições compradas em dólares nos mercados futuros, o chamado *swap* cambial reverso, que permitiu que o Banco Central, em momento de crise de liquidez no sistema brasileiro, pelo número muito grande de empresas que estavam vendidas, em dólares, no mercado futuro, e pôde evitar que o mercado brasileiro entrasse em crise cambial, porque o Banco Central tinha posições disponíveis para atuar nesse mercado. Deu lucro para o Banco Central, mas, repito, a função de *swap* não é dar lucro ao Banco Central, mas proteger o País. Mas, além do mais, houve lucro, que foi transferido ao Tesouro Nacional.

Além do mais, o Banco Central do Brasil celebrou com FED — Federal Reserve Bank American —, o Banco Central americano, uma linha de *swap* de moedas, uma troca de moedas. O que é isso? O Banco Central do Brasil pode



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

requerer notificar o FED, e este deposita até 30 bilhões de dólares nas contas do Banco Central do Brasil, que passa a integrar a reserva brasileira; enquanto [p7]o Brasil deposita na conta do Federal Reserve o equivalente em reais. É uma troca de moeda pura e simples. Essa medida já havia sido assinada pelo Federal Reserve americano com bancos centrais de diversos países, com o Banco Central europeu e de diversos países: Inglaterra, Suíça, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Suécia, Noruega e Dinamarca. Além do Brasil, apenas o México, Cingapura e Coréia, entre os emergentes, tiveram um tipo de acordo semelhante e assinado. Um dos pontos importantes do acordo é que foi anunciado pelo Banco Central americano que só assinaria esse acordo com os países que tivessem uma política econômica saudável, bem administrada, o País que tivesse um fundamento sólido. Portanto, é mais um reconhecimento internacional importante da boa situação do fundamento da economia brasileira, além de propiciar também, caso fosse necessário, mais 30 bilhões de dólares de reforço às reservas cambiais brasileiras.

Estamos mencionando aqui a ação do Banco Central, visando a recompor a oferta de financiamento de dólares para as exportações, que são feitas principalmente através de adiantamento de contratos de câmbio ACC ou ACE. Se olharmos a evolução desde meio de setembro, quando houve a crise americana, vamos ver que ela já vinha numa trajetória de queda, em função da crise nos mercados internacionais, atingindo, portanto, uma média de 106 milhões de dólares no pior momento aqui, no início de outubro. Voltou a se recuperar e voltou a cair fortemente depois, chegando a 78. Mas essa recuperação já vem se dando agora com bastante rapidez, já atingindo na semana de 17 a 21 de novembro 286 milhões de dólares de média semanal. Portanto, isso mostra que as medidas de intervenção nos mercados cambiais estão funcionando a contento, e gradualmente os ACCs estão sendo recompostos.

Os Srs. Parlamentares devem conversar com empresários, alguns deles do segmento exportador, e verão que muitos deles reclamam, certamente, porque para algumas empresas específicas não há ainda uma composição total, o que é normal num processo como esses. No entanto, temos que verificar é que o processo de recomposição gradual já está em andamento.

Efeitos fiscais de política monetária. Já havíamos mencionado, isso já é objeto de uma discussão nestas Comissões e nestas audiências durante já há muitos anos, sobre a questão do impacto, da taxa de juros e da política monetária nas contas públicas. E temos sempre mencionado que o impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. A política monetária tem impactos fiscais indiretos, por meio de seus efeitos, sobre a expectativa de inflação, a própria inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo. Portanto, uma maneira eficaz de se avaliar os efeitos fiscais da política macroeconômica é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto.

Se analisarmos a dívida externa — vamos começar com a dívida externa apenas —, veremos que a dívida externa pública atingiu, em setembro de 2003, cerca de 138.6 bilhões de dólares; em outubro de 2008 ela estava em 84.5 bilhões de dólares. Em contrapartida, nós tínhamos reservas internacionais que, em agosto, atingiram cerca de 205.1 bilhões de dólares, o que significa que o País é um credor líquido de dólares. A República brasileira é credora líquida de dólares, na medida em que a reservas são substancialmente maiores do que a dívida pública externa. Voltando aqui ao número: dívida pública de 84,5 bilhões de dólares; em reservas, 205.1 no início da crise. Se olharmos agora no dia 24 de novembro qual o total das reservas, para surpresa de muitos, a reserva aumentou, apesar de o Banco Central ter atuado fortemente no mercado de câmbio. Por quê? Duas razões: primeiro, a maior parte das intervenções não afetam reservas, porque [p8]são aplicações das reservas nos bancos brasileiros, com garantias excepcionais de contratos de câmbio e adiantamentos e etc. Portanto, em vez de se aplicar em bancos internacionais ou títulos de Governos estrangeiros, aplica-se em bancos brasileiros com garantia de primeira linha, entre os quais o maior tomador sendo o Banco do Brasil. E além do mais, boa parte das reservas internacionais brasileiras — a grande parte, na realidade — está aplicada em títulos de governos de países que são considerados *ratings* A, principalmente o governo americano, que são títulos em dólar, e alguns governos europeus. Esses títulos, com a crise, têm aumentado de valor. Portanto, isso compensa, de uma certa maneira, os próprios 6 bilhões de dólares que foram gastos pelo Banco Central nas intervenções diretas de vendas de dólares no mercado, que é a parcela que afeta a reserva, que é a venda no mercado dos *spot*, que foram 6 bilhões de dólares.

Esse número atingiu o pico, no meio de setembro, de 207 milhões, que foi o valor máximo, 207 e alguma coisa. Mas hoje está, por exemplo, num valor um pouquinho superior ao início do processo, em final de agosto.

Vamos agora falar sobre o impacto dessa crise na dívida pública, dado da maior importância, na medida em que, durante muitas audiências, aqui se discutiu muito corretamente o impacto da dívida pública no carregamento dessas reservas e e até que ponto isso teria um impacto na dívida. Nós dizíamos que num momento de crise isso teria um efeito extremamente benéfico, e vamos mostrar agora claramente como funcionar o mecanismo.

O que acontecia no passado é que, existindo um choque externo, havia uma deterioração de confiança, uma depreciação cambial, e como grande parte da dívida brasileira, 55% da dívida, era dolarizada, ou era dívida externa ou era



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dívida doméstica indexando ao dólar, no momento em que subia o dólar, subia a dívida pública. E isso levava a uma outra preocupação: dissolvência da República, o que significava que deteriorava mais a confiança e entrava num círculo vicioso. Hoje o que ocorre? Há uma deterioração de confiança, em função dos choques externos, há uma depreciação cambial, só que agora o Brasil e a República brasileira, o Tesouro é credor líquido em dólares. Significa que sobe o dólar, como temos reservas de dólares, diminui a dívida pública líquida. O efeito funciona, por exemplo, como um protetor contra os efeitos da crise. É a chamada mudança, que aqui vamos chamar de efeito seguro.

E, com isso, vamos olhar a dívida líquida pública nos últimos anos: atingiu o pico de 56% do produto, no final de 2002, e isso veio caindo gradualmente, devido ao sucesso da política econômica, não só do superávit primário, mas também a estabilização econômica foi gerando uma queda gradual nas taxas de juros reais da economia. A dívida pública, com o percentual de produtos, foi caindo gradualmente atingindo até o dia 30 de agosto, antes do início da crise, portanto, cerca de 40% do produto. Devido a esse mecanismo que mencionei, esse seguro construído pelo Governo brasileiro, no momento em que iniciou a crise, o dólar subiu. Em função da deterioração de confiança, o dólar se valorizou no mundo inteiro, e o que ocorre? Cai a dívida pública brasileira com a porcentagem do produto. No final de outubro já estava em 36,6% a dívida pública, e em novembro a estimativa era de 35,7%, é o menor número desde julho de 1998. Portanto tivemos uma queda pronunciada da dívida pública como resultado da crise. E isso significa algo de maior importância, porque, no passado, a dívida pública em momento de crise, como mostrei, era uma fonte de vulnerabilidade. Tínhamos uma crise como essa, o Tesouro ficava mais vulnerável, piorava o problema da confiança. Agora é o contrário: reforça o perfil e a proporção da dívida pública brasileira. Portanto o Governo brasileiro, com isso, pode agir com mais força e passa a ser parte da solução da crise e não parte do problema.

Se olharmos agora fatores condicionantes da dívida líquida do setor público, por exemplo, de 2008, nós veremos que houve uma queda na variação de dívida/PIB, de 42,7%, em dezembro de 2007, para 36,6%, em outubro, caindo, portanto, o equivalente a 6% do Produto Interno Bruto.

O superávit primário foi responsável por 4,5%; os juros nominais, por 4,5%; o superávit baixando a relação; os juros nominais equilibrando isso. Portanto, o superávit primário foi mais ou menos o equivalente aos juros nominais, e hoje inclusive o Banco Central divulgou alguns números que mostram que o déficit nominal do setor público federal foi, neste ano, próximo de zero, o que é algo de maior importância.

A depreciação cambial, portanto, gerou uma diminuição da dívida de 2%; crescimento do produto, 4%, e outros ajustes, 0,1%. Portanto, com o resultado líquido do Produto, em outubro, estávamos com uma dívida pública, de 36,6%.

O diretor está me mostrando aqui — o que evidentemente é uma coincidência, não tem nada a ver com nosso depoimento aqui — que a Bolsa de Valores de São Paulo está subindo 4% agora, o que certamente é um bom momento da economia mundial. São fenômenos não correlacionados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Agora, neste momento. É, possivelmente, uma reação a diversas evoluções favoráveis nos últimos dias nos mercados internacionais.

Vamos olhar agora a crise. Não há dúvida de que houve uma destruição de riqueza nas bolsas, desde outubro de 2007. Esse é um valor de mercado das bolsas mundiais. Houve uma destruição de riqueza, desde outubro de 2007 até novembro de 2008, de cerca de 29 trilhões de dólares. Se nós compararmos a crise de 1929 com a de 2008, veremos que se compararmos pelo pico a queda até agora foi equivalente. No entanto, notaremos que na crise de 1929 houve uma bolha muito pronunciada no final, nas últimas, digamos, 40 semanas; houve uma subida muito forte no preço das ações, enquanto desta vez houve, sim, uma subida, mas muito menos pronunciada.

Se nós compararmos com os valores que prevaleciam há cerca de 150 semanas, anteriores à crise etc., nós veremos que na crise atual houve queda até maior, o que poderia sinalizar uma duração menor na crise atual, na medida em que boa parte do ajuste já poderia ter sido feita. Em resumo, isso é uma das razões de incerteza dos mercados.

Se nós olharmos as perdas do sistema bancário, veremos que o sistema bancário, em marrom escuro, perdeu próximo de 1 trilhão de dólares — cerca de 900 bilhões de dólares —, dos quais boa parte já foi recomposta, o capital dos bancos, principalmente via aporte de recursos dos governos dos países afetados. Cerca de 600 bilhões de dólares é o total de recursos já colocados à disposição para recapitalização dos bancos pelos diversos países.

Se olharmos a construção de novas residências nos Estados Unidos, vamos ver que houve queda de 65%, desde janeiro de 2006; índice de preços de residência subindo durante vários anos, depois, queda acumulada de 22%, recente, desde junho de 2006; queda nos últimos 12 meses, 17%. Isso é uma amostra da crise americana.

Se compararmos a crise japonesa da década de 90 com a atual dos Estados Unidos, pela média do preço de residência, nós veremos que houve queda mais rápida agora no preço de residência nos Estados Unidos — comparado com o Japão. De um lado, pode indicar uma severidade maior, e por outro, a análise positiva do fato é que isso pode



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

indicar um ajuste mais rápido, o que significa que a crise não deve ter a [p10]duração da crise japonesa, que nós vimos que demorou pouco mais de 15 anos. A crise americana deve ser mais rápida, segundo todas as previsões.

Se olharmos o mercado de crédito, veremos o *subprime* no pico, depois a falência do Lehman Brothers, quando há queda dramática da oferta de crédito nos Estados Unidos, como mencionamos quando falamos sobre o efeito disso nas linhas internacionais para o comércio exterior brasileiro e nas ações tomadas pelo Banco Central para recompor esse processo.

Taxa de desemprego, nos Estados Unidos, já em 6,5%, portanto a maior desde 1994. Espera-se que atinja patamares superiores durante o correr do ano que vem. Consumo nos Estados Unidos caindo 3,7%; expectativa do PIB neste momento de 0,5%.

Se olharmos a produção mundial de aço, por exemplo, em diversos países, veremos que ela está caindo 48% na Ucrânia; 27% na Rússia; 17% na Turquia; 17%; 17% na China; quase 17% nos Estados Unidos; Taiwan, 14%; no Brasil, 0,1%, praticamente estável, de outubro a outubro.

Produção de veículos. Há muita preocupação de todos nós com a produção de veículos no Brasil. É um mercado muito atingido pela questão de crédito, pela preocupação, pelas expectativas. Comparemos: no Reino Unido, outubro de 2008 *versus* outubro de 2007, queda de 27%; Estados Unidos, 22,8%; Alemanha, 9,7%; Coréia, 0,5%; Brasil, zero, estável. Não é um bom resultado, certamente não gostamos disso, mas é apenas uma medida comparativa.

O que atingiu o mercado de automóveis no primeiro momento foi a oferta de crédito. Isso já está sendo regularizado, segundo o que me informam as montadoras e as instituições também de revendedores de automóvel. Temos tido contatos constantes com ANFAVEA e FENABRAVE. Mas o que está acontecendo no momento é que há uma preocupação muito grande do comprador, do consumidor. Há uma queda de demanda. O consumidor está preocupado em assumir a dívida. É normal.

Nós vimos algumas pesquisas que mostram, por exemplo, que num grande jornal brasileiro, durante 7 dias, havia uma manchete na primeira página onde havia a palavra “crise” e algumas outras — “calote” ou coisa desse tipo. Naturalmente, a maior parte delas se referindo à crise internacional e de vez quando reflexos possíveis no Brasil. Evidentemente que isso preocupa o cidadão ou cidadã, que adota atitude de maior cautela.

Crescimento do Produto. Estas não são estimativas do Governo brasileiro, mas do Fundo Monetário Internacional, que julgamos, com relação ao Brasil, conservadoras. O Banco Central do Brasil divulgará sua previsão no final de dezembro. A previsão do Governo brasileiro atualmente é de 4%.

Esta é uma previsão do FMI, que, de novo, julgamos um pouco conservadora. Mas, se olharmos o crescimento do Produto Interno Bruto no mundo, veremos que o FMI, para o ano que vem, prevê 2,2% — estamos nos referindo a 2009. Esses números que eu mencionei são de 2009; Estados Unidos, negativo, de 0,7%; Inglaterra, Reino Unido, negativo, 1,3%; Europa, 0,5%, negativo; Japão, 0,2%, negativo.

O mundo, portanto, 2,2% e o Brasil, segundo o FMI, que está bem conservador, cresce acima da média mundial. De novo. Por quê? Se nós olharmos, por exemplo, as previsões do FMI, em novembro, *versus* as previsões em outubro, nós veremos que o FMI previu crescimento menor para todos. Mas se nós olharmos a Rússia, houve queda, segundo a previsão do FMI, entre uma previsão e outra, de 0,2%; Reino Unido, 1,2%; México, 0,9%; China, 0,5%; Estados Unidos, 0,8%, etc., o Brasil, 0,5%, o mundo, 0,8%.

Isso mostra o seguinte: não só o Brasil tem previsão de crescer acima da média mundial, mas nas próprias previsões, quando feitas para baixo, as do Brasil são numa escala menor, o que mostra a maior resistência da economia brasileira à crise. E já mencionamos as reservas internacionais, as posições dos *swaps* cambiais do Banco Central, a evolução da dívida pública sobre o produto cadente e os depósitos compulsórios do Banco Central do Brasil. Daqui a pouco, vamos falar sobre as atividades econômicas.

Em relação à situação internacional, o preço das *commodities*, como mencionei, subiu e depois houve uma queda pronunciada, em função da atividade econômica. E agora, sim, chegando à questão da atividade que mencionei, tenho um dado da maior importância.

O Brasil tem crescido, nesses últimos anos, com uma demanda fortemente impulsionada, em primeiro lugar, pelo consumo doméstico, pela renda. A massa salarial, em outubro de 2008, comparada com outubro de 2007, cresceu 8,6%, em termos reais, acima da inflação. Portanto, estamos com uma economia muito impulsionada pela demanda doméstica, pela renda. A meu ver, é um momento importante, quando analisamos isso em comparação com outros países.

Se verificarmos como se compõe isso, veremos que pessoal ocupado, desde 2004, vem crescendo 3,2%, 3%, 2,3%, 3% e 4%. O número de pessoas ocupadas em outubro de 2008, comparado ao de outubro de 2007, cresceu 4%. Esse é um número importante em qualquer economia. E o rendimento real médio foi de 4,5%, chegando aos 8,6%. Portanto, temos crescimento do emprego e da renda.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A economia brasileira tem mais uma razão para entrar mais forte nessa crise, ao contrário do que já aconteceu muitas vezes.

No que se refere à criação de empregos, até outubro de 2008, foram criados 2 milhões, 148 mil empregos novos formais no Brasil. Taxa de desemprego cadente, a melhor da série, como vimos, é vermelho, comparada com outros números — 2004, 2005, 2006 e 2007. O desemprego é o menor da série para esse período.

Vendas no varejo, crescentes. Crescimento de 12 meses até setembro, último dado disponível: 10,3%. O País entra forte nesse processo.

Produção industrial. Média móvel de 3 meses, crescimento em 12 meses, até setembro: 6,8%.

Dados de outubro. Não existem muitos ainda, mas existem alguns indicadores antecedentes. Um deles, por exemplo, é a carga de energia elétrica com 0,55% de crescimento sobre setembro. Crescimento de 12 meses, até outubro: 3,7%.

Portanto, não há dúvida de que existem previsões de desaceleração da economia, no ano de 2009, em função principalmente das restrições de crédito — 3 canais de transmissão da crise internacional, como mencionamos: crédito, comércio e expectativas. À medida que cai a atividade dos países industrializados, caem as exportações, cai o preço das *commodities*. Não há dúvida, então, de que se prevê desaceleração da economia. As estimativas variam em relação ao quanto de desaceleração. A previsão do Governo brasileiro, como já mencionei, é de crescimento de 4%. Em relação ao FMI, há outros analistas.

O Banco Central, mais uma vez, divulgará a sua previsão no final do ano, atualizada naquele momento, porque essas revisões são freqüentes. Isso é normal. Mas é importante mencionar que o Brasil entra mais forte na crise do que a maior parte dos países e do que certamente entrou no passado.

Utilização da capacidade instalada na indústria é outro dado. Em outubro: 86,3%, um índice ainda forte dentro da série histórica.

Crescimento do PIB, último dado disponível até o segundo trimestre, comparado a igual trimestre do ano anterior: 6,1%. Não temos ainda o PIB do terceiro trimestre, mas as indicações mostram que o País cresceu de forma robusta até setembro. Não temos ainda indicadores de outubro.

Quando será a divulgação do PIB para o terceiro trimestre?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Nove de dezembro. Portanto, temos de aguardar alguns dias até a divulgação do PIB do terceiro trimestre. Mas o fato é que o País entra mais forte na crise.

Era isso basicamente o que eu gostaria de dizer. Vamos passar para a parte realmente importante, que é ouvir a opinião dos senhores e das senhoras, o que é mais importante ainda, e depois responder às perguntas formuladas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O [MSOffice11]SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Ministro Henrique Meirelles a exposição. É uma satisfação para a Comissão poder receber tão ilustre autoridade pública.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, Deputado Pedro Eugênio. Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Presidente Meirelles, Presidente da Comissão de Orçamento, demais membros desta Mesa, caros colegas, parece-me que todo o relato do Presidente Henrique Meirelles aponta para a afirmação da força da economia brasileira no enfrentamento da crise.

Todos os dados são positivos. Todos os dados mostram, sobejamente, que a curva descendente, que tem a ver com a crise mundial, encontra uma curva ascendente, que representaria a situação da economia brasileira.

A grande questão que se coloca é exatamente como esses 3 canais de comunicação, efetivamente, afetarão a economia.

V.Exa. já antecipa sua posição ao antever uma taxa de crescimento de 3%, uma taxa de crescimento do PIB que poderia situar-se num patamar em torno de 3%.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Do FMI — 4%.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - A previsão do Banco Central será divulgada no final de dezembro. Nós divulgamos a previsão trimestralmente. Não temos ainda a última previsão do ano. Essa previsão que mencionei é do FMI.

Por que mencionei a do FMI? Para poder comparar com as previsões do FMI para outras regiões do Mundo, para manter uma consistência de previsão. Mas dissemos que essa previsão pode ser um pouco pessimista.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Pois bem, de qualquer sorte, uma taxa de 3%, mesmo a mais pessimista, é uma taxa positiva em relação ao quadro mundial.

O que eu gostaria de expor aqui para sua reflexão e para seu pronunciamento mais adiante é a indagação sobre se há estudos setoriais sobre os quais o Banco Central se tem debruçado e que procurem antever o impacto multiplicador de alguns desses canais, principalmente no âmbito do comércio internacional.

Parece-me que, no tocante ao impacto do comércio internacional, tendo em vista a relativamente baixa participação do PIB brasileiro nesse comércio, que sempre achamos que deveria ser ampliada, neste caso, temos uma proteção. E a pujança do nosso mercado interno é suficientemente forte para garantir taxas de crescimento mais elevadas do que aquelas que o FMI prevê.

Gostaria de saber de V.Exa. se há estudos mais detalhados sobre setores específicos que seriam mais afetados pela economia internacional e quanto se poderia imaginar que eles poderiam rebater no conjunto da economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito, Deputado Pedro Eugênio. O Presidente responderá a todos na sua exposição final.

Deputado Jilmar Tatto, por favor.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Cumprimento o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, todos os membros da Mesa, as Sras. e os Srs. Deputados.

Sr. Presidente, queria fazer 3 observações. Primeiro, é verdade que o Brasil está mais preparado para enfrentar as crises e tem demonstrado isso neste momento difícil por que passa o mundo.

Gostaria que V.Exa. comentasse a regulamentação daquilo que o próprio Presidente da República chamou de cassino financeiro em que se tornou o Mundo. Qual é a ação objetiva, concreta, do Banco Central do Brasil, e a articulação política da instituição em relação a uma regulamentação do [MSOffice12]mercado financeiro mundial, em função dessas perdas trilionárias que estão acontecendo no mundo? Do ponto de vista da ação política do Banco Central, mas também do ponto de vista técnico, o que V.Exa. imagina pode ser feito no sentido de uma regulamentação mundial para evitar essa quebraadeira toda e que o mundo seja surpreendido em relação a isso?

Segundo, em relação ao crédito, o Banco Central diminuiu o compulsório dos bancos em 91 bilhões de reais. No entanto, pelo menos no debate que tivemos, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, há uma grita, uma chiadeira quase generalizada de vários setores da economia, reclamando da dificuldade e da preocupação com a falta de crédito do ponto de vista externo, principalmente para aqueles que querem exportar. Que ações o Banco Central pode adotar junto aos bancos, principalmente os privados, no sentido de que, com essa diminuição do compulsório, seja disponibilizado crédito para o mercado, e talvez uma ação do ponto de vista da não-elevação exagerada dos juros quando do empréstimo desses créditos?

Terceiro, sei que V.Exa. e o próprio Governo brasileiro, e com razão, têm preocupação muito forte com relação ao controle da inflação. E é justo isso. Os mais penalizados com o aumento da inflação são justamente os setores menos favorecidos. Tem de existir essa proteção, é importante. Foi um ganho para o Brasil o controle da inflação. Mas agora estamos numa situação de excepcionalidade. Qual é essa excepcionalidade? A crise é excepcional, inclusive uma crise maior do que a de 1929.

Comentários, ações de Governo e declarações, inclusive do próprio ex-Presidente do Banco Central americano, são no sentido de que o momento agora é de o Estado investir, de o Estado gastar, de o Estado, realmente, participar da economia, para haver crescimento econômico.

A pergunta que faço é: neste momento, para garantimos o crescimento econômico, para garantimos que o Brasil tenha geração de empregos para enfrentar essa crise, não seria importante baixarmos os juros de forma agressiva? Sei que para ter os dados da economia imediatamente é difícil, principalmente em alguns setores da atividade econômica, mas parte dos dados apresentados aqui são de setembro ou outubro. É evidente que temos de ver o comportamento de novembro, de dezembro e principalmente do primeiro trimestre do ano que vem.

Então, não seria importante que o Banco Central fosse mais agressivo neste momento excepcional e baixasse os juros de forma mais contínua e mais agressiva?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vou dar início à chamada dos Parlamentares inscritos.

Já disse que o Dr. Henrique Meirelles responderá às indagações do Deputado Pedro Eugênio e do Deputado Jilmar Tatto junto com todas...

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI - Pela ordem, Sr. Presidente.

Estão presentes aqui o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle[MSOffice13]. S., que poderiam fazer perguntas também.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Dr. Pinotti, V.Exa. poderia fazer parte da Mesa. Todos estavam convidados desde o início.

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI - É que cheguei agora. Estava assistindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Mas o convite continua existindo.

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI - Mas posso fazer minha pergunta daqui, até porque não há cadeira na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Faça-a de onde V.Exa. desejar.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI - Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente Meirelles, porque sempre nos dá uma razoável injeção de ânimo, coisa de que todos os brasileiros, particularmente os Deputados, precisam.

Em segundo lugar, faço uma pergunta muito curta sobre algo que me deixou um pouco perplexo durante esta semana.

Vi o Presidente Lula, depois da reunião dos Ministros, e mesmo antes, concitar o povo brasileiro a continuar consumindo, fazer suas compras etc. Acho[P14] isso perfeito, porque, se o povo parar de fazer compras, vai haver desemprego. Eu tive uma reunião com os revendedores de automóveis, que estão despedindo cerca de 15% a 20% dos seus funcionários.

Mas o que me deixou perplexo e, pela as exposições que ouvi, os outros companheiros também, é que para que haja aumento do consumo, primeiro, não pode haver aumento de juros, mas sim diminuição. Então, estou notando certa incongruência na atitude do Governo de estimular o consumo, o que acho correto, e, ao mesmo tempo, ser um pouco complacente com os bancos por não limitar o aumento de juros e até insistir na sua diminuição, como o Deputado Jilmar Tatto acabou de dizer.

É só essa a questão que eu gostaria de ouvir V.Exa. esclarecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa., Deputado Dr. Pinotti.

Passo a palavra para o primeiro escrito, o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustre Ministro e Presidente do Banco Central do Brasil, senhores diretores, na condição de Parlamentar que sempre defendeu a estabilidade econômica e o Plano Real, vejo com satisfação essa exposição, 14 anos e 10 meses depois de implantado o Plano. Percebo que até esse mês de outubro chegamos bem. Este é o ponto de inflexão, exatamente outubro de 2008, 14 anos e 10 meses depois do Plano Real.

Tenho participado de algumas audiências, de alguns debates, em São Paulo e em Brasília, e percebido, como todo o mercado e todos os Parlamentares estão percebendo, a aceleração dos problemas, das dificuldades.

Então, realmente, quero parabenizar, num primeiro momento, o Banco Central pela condução da política econômica e pelo controle da moeda e do crédito. Tenho as minhas restrições, como têm muitos outros colegas em relação às taxas de juros, o que também coincide com a posição do Vice-Presidente da República. Sempre entendemos que essas taxas poderiam ser menores. Mas essa é uma decisão que o Governo Lula, com o seu colegiado, toma.

Vemos também a receita positiva. Hoje de manhã, na Comissão de Finanças e Tributação, a Secretária da Receita Federal apresentou os números positivos até outubro: crescimento real de 10%.

Então, qual é, neste momento, o plano, a estratégia do Governo, do qual V.Exa. faz parte, dentro da política econômica, para enfrentar o que vem pela frente? A nossa preocupação é com o fato de que não temos visto nenhuma estratégia para o caso de essa crise se estender por 1, 2, 3, 10 ou 15 anos, como no Japão. Não quero ser pessimista nem catastrofista. Sou bem realista e pragmático. Concordo com a política macroeconômica, dou apoio a ela, sempre dei, defendendo a estabilidade econômica, mas não tenho visto nenhuma estratégia eficiente de combate à crise.

O que se percebe, diante do problema, é a ação de bombeiro para apagar o incêndio naquele momento. Qual é a ação preventiva que teremos com relação aos gastos públicos, à política fiscal do Governo? Qual é a estratégia? Qual é o plano? Estão pensando em aumentar o consumo das massas trabalhadoras? Não. Vi o contrário. Querem aumentar o consumo das classes A e B. A notícia desta semana foi no sentido de que o Governo estuda o estímulo ao Imposto de Renda para aumentar o consumo das classes A e B e manter a tributação sobre [P15]as classes C, D e E, que representam 70% da arrecadação do País, porque o Brasil tem o sistema tributário mais regressivo, mais injusto do planeta Terra e das galáxias.

Evidentemente, se for mexer no consumo, que mexa na tributação das camadas de trabalhadores que ganham até 2, 3 salários mínimos, porque assim teremos uma energia positiva, tirando a carga do Governo sobre o salário, a renda da massa de trabalhadores, e manteremos um consumo de massa estabilizado, gerando milhões de empregos. Isso traria a garantia do crescimento da economia.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A minha intervenção é em cima da situação em que chegamos até outubro. Muito bem, parabéns, ótimo, passou com louvor. Agora, queremos saber como enfrentaremos a crise. Essa é a grande indagação.

O Prof. Beluzzo esteve aqui semana passada e falou sobre a rapidez da disseminação da crise: é a indústria automobilística, são os setores não fechando contratos, são demissões. Então, muito bem, aplaudimos, mas que não fique aqui caracterizado que está tudo bem, céu de brigadeiro, e vamos em frente, com o Presidente Lula: *"Continuem comprando"*. Claro, o povo vai comprar, porque precisa comer, vestir-se, beber. Mas queremos garantias sólidas. Temos um plano? O Governo do Brasil, do Presidente Lula, com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, têm uma estratégia de curto, de médio e de longo prazo, apresentada ao País?

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu é que agradeço a V.Exa. a participação.

Com a palavra o Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, que essa crise é uma crise que vem de fora para dentro ninguém tem dúvidas; que é uma crise sistêmica e estrutural todo o mundo já sabe; que houve perdas patrimoniais nunca vistas, o senhor acabou de demonstrar; e que parte disso foi a diminuição do papel do Estado, foi a ampliação da concentração da riqueza, todo o mundo sabe também.

Algumas perguntas que eu faria já foram feitas, mas quero reforçar alguns outros pontos. Por exemplo: V.Exa. disse que a dívida pública — V.Exa. demonstrou muito bem, parabéns — está diminuindo. No entanto, o que temos visto com outros dados é que o serviço da dívida tem aumentado e também que, enquanto a liberação do compulsório foi apresentada como grande estratégia do Banco Central para colocar no mercado um dinheiro que era do próprio mercado, o que se viu foi que — e o Presidente Jilmar Tatto se referiu a isso — a maior parte desse dinheiro liberado, na verdade, voltou para o próprio Governo, através da compra de títulos.

Como evitar que isso aconteça, Sr. Presidente? O dinheiro que dava uma renda xis e foi disponibilizado para o mercado, em vez de o próprio mercado pegar, o Governo foi lá e retomou, vendendo títulos da dívida pública.

Por fim, temos observado que, enquanto nos 4 primeiros anos do Governo Lula o déficit de transações correntes caiu, ele voltou a aumentar agora. O que está sendo feito para que isso não seja mais um fator a trazer a crise para dentro do País?

Por falar em trazer a crise para dentro, qual é, na sua observação, a capacidade de entrada dessa crise no Brasil, uma vez que V.Exa. mostra dados tão fortes e tão bons para nossa economia até o momento?

Era só isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio Amaral) - Muito obrigado, Deputado Dr. Ubiali.

Com a palavra o próximo Parlamentar inscrito, Deputado Júlio César.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Deputados, senhores diretores, eu até cheguei a acreditar que estamos blindados contra a crise. O que ouvimos de manhã, como disse o Deputado Luiz Carlos Hauly, da Secretaria da Receita Federal, e [P16]o que estamos ouvindo agora, quando V.Exa., Sr. Presidente Henrique Meirelles, faz um comparativo entre todos os indicadores de crescimento dos países mais desenvolvidos do mundo, a média do mundo e o Brasil, ficamos felizes e aliviados.

Mas há uma coisa que me chama a atenção. V.Exa. disse que disponibilizou 30 bilhões de dólares para uma operação de *swap* e que idêntica medida foi adotada em linha de crédito pelo FED a Bancos Centrais da Europa, como os da Inglaterra, Suíça, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Suécia, Noruega e Dinamarca. Todos são países que têm renda *per capita* acima de 30 mil dólares. Eles são ricos. Nós somos pobres, em relação à renda *per capita* desses países.

Também me preocupo, Sr. Presidente, porque vi hoje no *Bom Dia Brasil* que os Estados Unidos vão, com a posse do novo Presidente, chegar ao montante de 2,5 trilhões de dólares em recursos para remediar essa grande crise que assola aquele país. O que isso representa? Quase 20% do PIB americano. Dois trilhões equivalem a 15%, 16% ou 17% do PIB; não deu para fazer a conta.

Eu me preocupo porque as nossas reservas são de 205,7 bilhões de dólares, que estão aplicados no Tesouro americano e grande parte no Tesouro dos países da Europa, exatamente onde a crise está mais acentuada. Um país em desenvolvimento ter tanto dinheiro aplicado, principalmente nos Estados Unidos, não é uma ameaça para o povo brasileiro?

Aliás, eu gostaria de saber quanto temos lá nos Estados Unidos, porque a China já teve, salvo engano, 1,5 trilhão de dólares aplicados lá, e está diminuindo esse valor. Quero saber também se o Brasil está diminuindo o montante aplicado



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

lá, e o que representa o montante aplicado no Tesouro americano em relação aos 205,7 bilhões de dólares que V.Exa. mencionou aqui.

Outra coisa que me chama a atenção, Sr. Presidente, é o crescimento da energia. Só se fala em crise. Querem fazer aquelas barragens, aquelas hidrelétricas em Rondônia. V.Exa. disse que em 12 meses cresceu 3,7% a carga de energia. De onde veio essa energia? Eu gostaria de saber, porque não tenho conhecimento de que nenhuma hidrelétrica, usina nuclear, parque eólico ou usina de outro tipo tenha sido inaugurada nos últimos 12 meses.

Quero saber de onde isso veio essa energia, porque se fala muito na crise da energia. Há preocupação em se construir essas duas grandes hidrelétricas e outras que estão projetadas para o nosso País. Mas V.Exa. disse que a carga de energia aumentou 3,7% em 12 meses.

Em relação ao BNDES, V.Exa. disse que ele disponibilizou 5,5 bilhões de dólares. O BNDES administra grande parte do dinheiro do FAT, e esse dinheiro, Sr. Presidente, é remunerado pela TJLP.

Vou fazer uma retrospectiva até 2003, o ano que mais me chamou a atenção. Em 2003, de aproximadamente 50 bilhões de reais, o BNDES financiou, com taxa LIBOR mais 0,5% ou 1%, para empresas americanas, a compra dos aviões brasileiros da EMBRAER, que são fabricados lá fora. Quase tudo vem em operação de *drawback*. O BNDES financiou 6 bilhões de reais.

No mesmo ano, Sr. Presidente, para todo o Nordeste, que naquele ano tinha 48 milhões de habitantes — hoje já tem 53 milhões —, o BNDES financiou [P17]3,6 bilhões de reais.

Então, como o financiamento era pela taxa LIBOR, e os recursos, remunerados pela TJLP, que naquela época era 9%, e a LIBOR era 3,5%, mais a variação cambial, e houve a queda da variação cambial de 2003 para cá — subiu agora, recentemente — como fechar essa conta? Sou leigo no assunto, mas queria que V.Exa. explicasse como isso funciona. E gostaria de saber por que as empresas brasileiras não compram. Elas são impedidas pelas operações de *drawback*? Se comprarem têm que pagar o imposto? Não compram avião da EMBRAER. Existe até uma Azul que começará a funcionar agora; li nas revistas. Dizem que ela vai comprar, mas através de *leasing* de empresas americanas. Não sei como funciona.

Queria que V.Exa. explica isso, porque nunca consegui entender este negócio: pagar 9% e emprestar a 4%, na taxa LIBOR, quando a TJLP, naquela época, era 9% — hoje caiu. Mas principalmente em 2003, Sr. Presidente, a taxa LIBOR era 3,5%, e os juros eram 0,5% a 1%.

Tenho todas essas informações porque fiz requerimento ao BNDES para que me repassasse esses dados. Como fecha essa diferença e como o País faz — já fiz essa pergunta — tanta aplicação no Tesouro do país mais desenvolvido do mundo e que está realmente puxando a crise para todos os outros países, inclusive da Europa? E nós ainda trocamos reais correspondentes a 30 bilhões de dólares com eles. Isso não aumenta o risco de um país pobre, com uma renda *per capita* tão pequena, em relação a esses países nominados por V.Exa.?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Peço, por favor, toda a celeridade possível na participação dos Parlamentares — desculpem-me a ousadia deste Presidente —, porque, em seguida, terá início a Ordem do Dia na Câmara, muito embora isso não interfira no desenrolar desta sessão. Mas combinamos com o Presidente que esta sessão se estenderia até às 17h, e a Comissão de Orçamento ainda quer retomar votação de matéria pertinente ao Orçamento da União.

Passo a palavra ao Deputado Marcelo Almeida.

O SR. DEPUTADO MARCELO ALMEIDA - Obrigado, Sr. Presidente.

Ministro Henrique Meirelles, Senador Delcídio Amaral, primeiro farei uma pergunta ao Senador Delcídio Amaral, depois ao Dr. Henrique Meirelles.

Senador Delcídio, não sou da Comissão, mas fico em cima do que recebo da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. é preparado até para comandá-la.

O SR. DEPUTADO MARCELO ALMEIDA - Já estou me preparando.

Em relação a esse último parecer preliminar, até por causa da crise, li que estamos esperando o Executivo mandar, até o dia 21 de novembro, parâmetros macroeconômicos. Eu disse ao Jorge Cury que isso era antes da crise, que não dava nem para nos basearmos nisso, porque não será esse o PIB, não será essa a inflação, não será essa a Taxa SELIC. Depois podemos conversar para ver se teremos uma nova leitura sobre essa preliminar.

Ao Ministro Henrique Meirelles farei uma pergunta como se fosse um aluno, porque tenho mais dificuldade de entender. Com a crise mundial mudam algumas coisas em relação à Taxa SELIC e também no nosso resultado nominal e no juro que o Brasil tem que pagar da dívida — aumentando a Taxa SELIC, aumentam os juros. Há alguma coisa a ser feita para o País ter os 3 graus de investimentos? Uma suposição: se daqui a 6 anos o País tiver um resultado nominal



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

zero, só a dívida, não ter mais juros de dívida, não precisar fazer superávit para pagar os juros, ele poderá ganhar os 3 graus de investimento? Essa é uma pergunta.

A outra pergunta é — e o senhor sabe, porque tem esta visão mundial — em relação ao valor do barril do petróleo. Como ele despenca 40% de uma hora para outra? Ele custava 111 dólares, foi para 78 dólares e agora para 59 dólares. Qual é a regra no mundo em relação ao preço do barril de petróleo para que ele despenque tão rápido, em poucos dias? Não consigo entender isso muito bem.

Queria novamente, como sempre, parabenizá-los. Pelo pouco tempo que estou entendendo de economia brasileira e de orçamento público, fico muito satisfeito em ser um Deputado Federal da base do Governo e ter o senhor à frente do Banco Central. Continue assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Muito obrigado, Deputado Marcelo Almeida, pela sua participação.

Deputado Alfredo Kaefer.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O Deputado Antonio Palocci não precisa nem se inscrever, pela sua autoridade. Honre-nos com a sua participação, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO PALOCCI - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e também a gentileza do Deputado Alfredo Kaefer. Eu preciso sair para dar um encaminhamento com o Presidente da Casa sobre a Reforma Tributária.

Quero, na presença do Senador Delcídio Amaral, Relator do Orçamento, e dos Presidentes Pedro Eugênio e Jilmar Tatto, cumprimentar a equipe do Banco Central e o seu Presidente, Henrique Meirelles, pela condução da política monetária e cambial e daquilo que está sob a responsabilidade do banco, principalmente num período de maior turbulência como esse, que exige muito mais das autoridades do que os períodos normais. Às vezes, uma situação como essa exige uma atividade sobre-humana, e vemos as equipes da Fazenda, do Banco Central e do Planejamento trabalhando muito corretamente. Isso é muito positivo para o Brasil.

Quero fazer um registro importante sobre a política de acumulação de reservas e de segurança que fez o Banco Central nesses últimos anos.

É muito difícil conseguir enxergar, no período em que você acumulam reservas, a importância delas. É muito difícil. Por isso foi muito criticada a política de reservas do Banco Central, às vezes violentamente criticada, e até hoje entre nós existem críticas sobre as reservas realizadas. Mas o efeito que ela está tendo hoje, quando é posta à prova, sobre a segurança da economia e sobre a redução da nossa dívida pública, mostra o acerto extraordinário da política monetária nesse período.

Como sou médico, nunca entendi dessas coisas da economia, mas eu aprendi uma vez, quando estava no Ministério, quando recebi a conta do meu seguro de vida. Há 14 anos eu pagava o meu seguro de vida e comecei a me arrepender daquilo. Há 14 anos pagando era caro. A boa notícia é que eu não tinha morrido. Demorei a perceber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Para alguns. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ANTONIO PALOCCI - Nem para todos.

Quando faz um seguro, na verdade, ele é uma despesa chata sobre a qual se fica sempre em dúvida sobre se vale a pena contratar. Quem é empresário sabe disso. O empresário resiste a fazer seguro porque é caro. Todo seguro é caro. E o seguro que o Banco Central fez foi e é caro, mas nem se compara ao efeito que ele tem hoje num período de teste como este.

Queria só fazer esse registro e deixar uma sugestão ao Presidente do Banco Central e sua equipe. Foi demonstrado que o crédito no Brasil continua tendo evolução bem razoável, continua crescendo. Já existem dados divulgados — não sei se estão aqui neste documento de hoje — ontem pelo Banco Central, informando que em novembro continua tendo crescimento o crédito.

Mas se virmos os dados comparados com o que vemos no dia-a-dia das empresas há uma contradição. As empresas estão com dificuldade extraordinária de acesso a crédito, principalmente para capital de giro. O fato é que, na verdade, a oferta de crédito não caiu tanto com a crise. O que aumentou foi a demanda sobre os bancos brasileiros, na medida em que pelo menos duas fontes de oferta de crédito — o crédito externo e o crédito do mercado de capitais — desapareceram. O crédito externo desapareceu há 1 mês e meio, e o crédito no mercado de capitais há uns 6 ou 8 meses.

Na verdade, o que mudou neste período foi uma queda brusca e forte da oferta de crédito, fazendo com que a pressão sobre o sistema bancário brasileiro aumentasse muito, de forma que vemos a curva de crédito melhorando, mas as reclamações das empresas se multiplicando. Existe hoje ainda uma questão relativa a acesso a crédito para capital de giro das empresas.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ontem li, na imprensa, que o [P18]Banco Central tomou uma medida bastante criativa com relação ao depósito compulsório permitindo uma nova linha ao BNDES que possa fazer uma distribuição maior de crédito para atender às situações mais emergenciais.

A minha única recomendação é de que, nesse período mais difícil, o Banco Central continue tomando medidas no sentido de que o mercado de crédito privado e o mercado de crédito público, que, neste momento, têm papel importante, possam suprir as necessidades emergenciais das empresas. Uma coisa evidente é que, com essa crise, o mundo terá uma desaceleração, e o Brasil também. Temos de ajudar para que a crise seja mais amena, mais coordenada e o menos traumática possível. Esse é o papel desempenhado pela autoridade monetária e que pode ter sucesso muito grande, dada a responsabilidade e a competência da equipe do Banco Central.

Sr. Presidente, peço desculpas por não poder permanecer até o final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Deputado Antonio Palocci a participação.

O próximo inscrito é o Deputado Carlito Merss, que vem participar desse processo no momento em que Santa Catarina passa por uma das maiores tragédias da sua história. Embora o Deputado Vignatti, Coordenador da Bancada de Santa Catarina, desejasse participar mais efetivamente do debate, não pôde por estar tomando providências para seu Estado.

Então, Deputado Carlito Merss, quando V.Exa. fala, tenha a certeza de que o faz em nome de todos os catarinenses.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Obrigado.

Sr. Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, Sr. Presidente do Banco Central, funcionários do banco e demais das outras Comissões, é óbvio que o material mostrado pelo Presidente Henrique Meirelles desagradou a muitos, porque há um embate político pré-eleitoral muito ruim já instalado no País e, muitas vezes, acabamos não conseguindo realizar o debate na medida certa.

O Presidente citou, e também observei, que os grandes jornais de São Paulo, que se consideram quase um país dentro do Brasil, têm clareza da sua posição ideológica e constantemente usam a palavra "crise" e "não vai dar certo". Nem li as manchetes de hoje, mas sinto que isso infelizmente é possível.

O que estamos discutindo é a crise do capitalismo global, um modelo que transformou o capital do papel 10 vezes maior que o capital real, que é a terra que existe no mundo. É basicamente isso. *Grosso modo*, o PIB mundial vale 60 trilhões, e o mundo especula com papéis para mais de 600 trilhões! É isso, para que as pessoas entendam. Não entendemos por que o custo de retirada do petróleo é "x" e em menos de 6 meses o barril valer entre 50 e 150 dólares.

Há uma especulação escandalosa do sistema capitalista, principalmente porque, não aprendendo o modelo e a experiência de 1929, as conseqüências — Graças a Deus, o mundo está preparado — não serão as mesmas. Na crise de 1929, surgiu o fascismo, o nazismo e praticamente o desmonte da democracia, ainda incipiente, que havia na Alemanha e em outros países. O mundo está preparado diferente hoje, mas o modelo e a forma são iguais.

Presidente, existe uma saída. Queria apenas ouvir o comentário de V.Exa. a respeito, dada a sua experiência internacional. É óbvio que teremos de ter um mecanismo de regulação completamente diferente dessas ferramentas anacrônicas, que são fruto ainda de Brentwood, daquele momento histórico pós-2ª Guerra Mundial.

Não tenho dúvida de que o Brasil, e tenho essa sensação, já está tendo papel preponderante. O G-20 sempre foi motivo de chacota da mídia mundial, mas hoje não é mais. É dentro desse espaço do G-20, que incorpora os países do capitalismo mais antigo com os emergentes — como brasileiro fiquei muito feliz de perceber isso —, que vemos a postura de todas as autoridades brasileiras na reunião preparatória de São Paulo e mesmo na dos Estados Unidos, abordando, com muita tranqüilidade, essa questão. Queremos um espaço de regulação que não permita mais chegar a esse ponto. Qualquer neófito, qualquer pessoa que não conheça nada de economia sabia que o modelo do *subprime* dos Estados Unidos é uma coisa escandalosa, literalmente um mico. Como se permitiu que, durante tanto tempo, aquilo acontecesse?

Então, [P19] queria ouvir algumas reflexões de V.Exa., pela experiência que tem, sobre algo que o mundo vai ter de decidir, para que não tenhamos de fazê-lo, daqui a 10, 15, 20 anos, depois de a população mundial pagar novamente essa conta ou de o povo dos Estados Unidos pagá-la àquelas montadoras atrasadas que ainda estão querendo dinheiro para fabricar o mesmo tipo de carro atrasado, antiecológico, achando que essa é a saída. Que os banqueiros entendam que o banco é uma intermediação, sim, mas que tem de ter uma lógica calcada na economia real.

Alguns comentários já foram feitos sobre a forma que o Brasil, em especial, e outros emergentes, apesar de esses países não quererem perder seu poder, principalmente o G-8, poderiam influenciar nessa regulação necessária para não passarmos por períodos semelhantes a esse no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vou encerrar as inscrições.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estão inscritos os Deputados Alfredo Kaefer, José Carlos Aleluia, Chico, no momento em que passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Delcídio Amaral, pois tenho um compromisso, como avisei anteriormente, com os Ministros da Previdência e do Planejamento para tratar de temas relacionados à Previdência. O Senador Delcídio Amaral vai manifestar-se em nome da Comissão, quando julgar oportuno.

O próximo inscrito é o Deputado Alfredo Kaefer. Depois, o Deputado José Carlos Aleluia e, então, V.Exa., que falará em nome da Comissão.

Estão encerradas as inscrições.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Presidentes de Comissões, Sras. e Srs. Deputados, como todos os Deputados e os demais brasileiros, estamos preocupados também com a crise e percebemos na economia real que muita coisa não está andando como muitas vezes lemos nas manchetes.

Hoje, por exemplo, a imprensa divulgou a queda do crédito, diria, a um número inexpressivo. Mas, na verdade, o crédito não está chegando à ponta. Que o diga nosso companheiro Armando Monteiro e consulte os empresários pequenos e médios, agricultores, enfim, todo o segmento produtivo sobre a dificuldade que há hoje. É real a dificuldade de crédito.

Somos liberais e entendemos que a economia de mercado tem de funcionar. Mas, quando necessário, é preciso que o Estado intervenha. Muitas vezes, vem um comparativo dizendo que, se numa cidade não houver nenhuma padaria, o Governo tem de instalar uma.

Neste momento em que a banca privada não coloca recursos à disposição, realmente o Governo tem de irrigar o crédito, e constantemente vemos tantos milhões liberados para o BNDES. Sabemos que o sistema do BNDES é burocrático, moroso, tem toda uma conduta ou um procedimento, e o recurso demora a chegar à ponta. É transferido para os agentes financeiros e depende de crédito, mas os bancos não querem dar crédito, não querem aumentar a exposição de risco.

Então, penso que o Banco Central e o Tesouro Nacional têm de promover a irrigação de crédito no mercado. Diante disso, faço algumas indagações.

O Presidente do Banco Central deve lembrar que, numa das audiências, discutimos a política de câmbio que condenávamos, na época, quando o dólar caía para 1,70, 1,60, até 1,53, que foi o mínimo. Naquele momento, destruímos vários setores exportadores, principalmente de manufaturados. E agora que o dólar está num patamar maior, esses segmentos não conseguirão voltar a exportar tão facilmente.

Sei que o Banco Central tem como dever ser guardião da moeda — eu criticava isso na época — tanto quando o dólar está em alta como quando está em baixa. Agora, o Banco Central tenta intervir e, muitas vezes, não consegue. Na época, dizíamos que teriam de ser criados mecanismos. Isso serve de reflexão para quando eventualmente acontecer novamente.

É preciso [P20] ter equilíbrio do câmbio para não se destruir o setor exportador. Hoje temos que exportar e não conseguimos.

Os países têm reduzido drasticamente suas taxas de juros. Sr. Presidente do Banco Central, por que não conseguimos criar outros mecanismos de contenção de inflação que não seja a taxa de juros? Por que não baixar drasticamente, neste momento, a taxa básica de juros, SELIC, que deixaria menos custo para o Tesouro no seu endividamento e irrigaria mais o mercado? Porque sabemos que a economia é movida a crédito.

O Deputado Palocci falou do seguro, que é a nossa reserva internacional, reserva externa. Cada um de nós faz uma poupança, uma reserva, para ela ser usada em momentos difíceis. Por que não usamos agora, neste momento, parte da reserva, trazê-la de volta, repatriá-la, para irrigar, de forma mais consistente, o mercado financeiro?

O Senador Delcídio é autor de um projeto que dispõe sobre repatriamento de recursos que estão lá fora. Vai dar muita discussão, mas o projeto seria bem-vindo neste momento. Por que não repatriar parte desses recursos da nossa reserva, trazê-la de volta paulatinamente e reconstruí-la depois, com o tempo? Por que um país que já teve reserva zero não pode ter 100 bilhões de reserva? Por que não usar metade desses recursos para o lastreamento de operações ou internamento direto? Por que, no momento de liberação de compulsórios, o Banco Central continua tendo que comprar todos os recursos financeiros disponíveis, ou grande parte, não sei exatamente como funciona, e títulos públicos?

Se o Banco Central se retraísse um pouco na compra de títulos públicos, o sistema financeiro automaticamente teria que colocar esses recursos. É muito confortável. Libera-se o depósito compulsório, enxugam-se os recolhimentos, cobram-se as contas e aplica-se o dinheiro no Tesouro, com a maior segurança possível, e não se precisa arriscar, colocar isso no mercado nem expor o meu banco ao financiamento.

Por que todos os recursos têm de ser aplicados em títulos públicos?

O Banco Central e o Tesouro precisam de mais capitalização. Isso faria com que as taxas de juros também caíssem.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A situação do crédito. Daqui a meia hora membros da Frente Parlamentar da Agricultura irá ao Ministro interino da Agricultura para expor uma situação dramática que ocorre hoje. Já estamos terminando o plantio, mas seguramente vamos ter queda de produtividade, porque, além da falta de recursos oficiais, do crédito rural oficial, faltam elementos que o agricultor não consegue captar: o crédito suplementar, com taxas normais ou de poupança, ou de cheque especial, que não estão disponíveis, e o recurso do fornecedor de fertilizantes e de insumos.

Então, o agricultor tem dinheiro para plantar 50, mas tem 100 hectares. Vai usar a metade dos insumos para plantar toda a área.

Esse é um trabalho que temos de fazer. Vou na esteira do Deputado Haully. Não temos um projeto macro para saber o que é preciso fazer com a ressaca dos problemas da crise.

O Governo americano solta recursos extraordinários, e nós temos, sim, feito algumas ações, mas as considero incipientes para irrigar a economia, de forma tal que ela possa se revitalizar, não parar, os empregos continuarem se mantendo, e ela manter-se saudável ou pelo menos ter o impacto menor possível.

Como Deputado, sinto-me frustrado. Em alguns países da Europa e mesmo dos Estados Unidos, o Congresso interage de forma plena com o seu Executivo, trocando idéias com o Banco Central, com as autoridades do Governo, no sentido de achar soluções e alternativas para a crise. E nós estamos acompanhando, na maioria das vezes, o noticiário pelo jornal.

Então[P21], acho que o Congresso tem que participar. É função, sim, do Executivo, mas há idéias boas, uma forma muito boa de se fazer a interação com o Executivo e o próprio Banco Central, de criar mecanismos para proporcionar algumas facilidades, como é o caso do câmbio, por exemplo, hoje, no momento em que as exportações estão paradas, alongar o tempo técnico de fazer *performance* cambial.

Vemos muitos exportadores que chegam ao limite de entregar as cambiais e a exportação não acontecer. Isso leva a ter problemas no Banco Central. Eu gostaria, realmente, que houvesse uma interação mais forte do Congresso com as autoridades, porque o nosso objetivo é único, tal como o do Banco Central, do Governo, de fazermos todo o possível para que se amenize a crise e venham benefícios para a nossa Nação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio Amaral) - Muito obrigado, Deputado Alfredo Kaefer.

Passo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Obrigado, Sr. Relator-Presidente. V.Exa. está inovando na função de Relator e Presidente hoje.

Sr. Presidente-Ministro — não sei se o chamo de Ministro ou Presidente do Banco Central —, a vinda de V.Exa. a esta Casa, além de cumprir um dever legal, poderia e é desejável que cumpra um outro dever.

A platéia que aqui está é ampla. O interesse pelo debate com V.Exa. é demonstrado pela presença de Parlamentares. Não é tão normal que estejam praticamente cheios os assentos. Portanto, todos estavam interessados em ouvir o que V.Exa. tem a dizer.

É importante que os que estão aqui —V.Exa. vai ver que não há tanta divergência entre Governo e Oposição — possam levar aos outros Deputados e Senadores um pouco da notícia, não da contabilidade, não do passado, mas do que V.Exa. acena para o futuro.

Para começo, o primeiro recado é para o Relator. V.Exa. traz uma informação do FMI, dizendo que o Brasil deve crescer 3%. Espero que nós façamos um orçamento que não se distancie tanto dos 3% que o FMI, de forma otimista, está prevendo. Portanto, não adianta fazer especulações em torno de valores maiores do que esses.

O que é mais importante, Sr. Presidente — vou pedir ao Ministro-Presidente que relate —, é de que forma o Parlamento pode ajudar. Eu sei como pode atrapalhar. Aliás, já tem atrapalhado sistematicamente. Ontem, por exemplo, o Senado aprovou, sem nenhuma discussão — e com o voto da Oposição —, um aumento para 91 mil funcionários, aumentos que são de 2008, 2009, 2010 e 2011. Sabemos que a economia e a receita não vão crescer como esperado, que o salário médio do povo brasileiro vai cair e o desemprego vai crescer. Portanto, é importante que essa reunião se repercuta no plenário. O plenário da Câmara, hoje, tem na pauta o atrelamento do salário dos delegados ao salário dos juizes, com uma emenda para atrelar também o salário da Polícia Militar aos salários dos delegados. Encontrei, fazendo *cooper*, um amigo meu, coronel do Exército. Ele me pediu que apoiasse a emenda que atrela o salário dos delegados e da Polícia ao dos juizes e atrelar também o salário do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Portanto, V.Exa. verá que a política monetária vai ficar cada dia mais difícil com este Parlamento. Dessa forma, a vinda de V.Exa. para expor os dados mostra muito bem que estamos em um ponto de inflexão, em um ponto, Ministro, onde tudo dava certo na iniciativa privada, que fez muita coisa errada, e nos governos.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora,[P22] vamos passar para o ponto em que tudo vai ser difícil, o que não significa que tudo vai ser errado. Tudo vai ser difícil. Teria de ser o momento em que o Parlamento teria que descobrir que há uma crise.

V.Exa. se recorda que, quando V.Exa. e o Ministro da Fazenda vieram ao plenário, ainda tínhamos mais ou menos 15 dias para o primeiro turno da eleição, ou 3 semanas, se não me falha a memória, eu disse: “Ministro, o mundo real, o crédito, que é uma coisa que interessa diretamente no mundo real, já está se distanciando”. Devo dizer a V.Exa. que algumas medidas começam timidamente a responder, mas ainda de maneira muito acanhada, o que é natural. Mesmo que os diretores do banco possam deixar um pouco de lado a prudência, o que não é normal nesse momento, o gerente estabelece prudências novas. Gerentes inclusive de bancos oficiais.

Já tive oportunidade de dar o exemplo de um ex-Deputado amigo meu, de Minas, que tem operações muito simples, muito pequenas na área do café, e foi ao Banco do Brasil na sua região tomar um empréstimo de 70 mil reais, quantia que habitualmente toma para o crédito do custeio. E o gerente do banco disse a ele que o dinheiro estava disponível, porque ele nunca tinha faltado com o pagamento da sua safra anos a fio, mas que neste ano seria necessária a penhora da fazenda. Não que ele não pudesse fazer a penhora da fazenda, mas porque a penhora da fazenda significa mais 20 ou 30 dias de processamento.

Portanto, Sr. Ministro, gostaria que V.Exa. dissesse para os Deputados o que podemos fazer para ajudar o Brasil, além de aumentar as despesas, porque disso nós já sabemos. Que medidas podem ser tomadas para se dizer que o Parlamento está dando uma contribuição para que a crise não se avolume?

V.Exa. é testemunha — aliás, todo o Brasil — de que a Oposição, de modo sistemático e explícito, tem dito que apóia todas as medidas que vierem do Governo para o combate à crise, menos a propaganda. Propaganda, não vamos apoiar. Propaganda significa que a única coisa que vai crescer 4% no Brasil é a verba de publicidade do Governo. Fazer propaganda para que cresça 4% significa aumentar em mais de 4% a verba destinada à publicidade.

V.Exa. poderia nos responder, na área fiscal — que é um pouco fora da área de V.Exa., mas que tem reflexos —, o que podemos fazer em termos de projetos? Como poderíamos ajudar o crédito? Sabe V.Exa. que o Parlamento começou a discutir o cadastro positivo. E aparecem pessoas, Deputados que dizem que isso vai prejudicar o cidadão, como se a inadimplência fosse de 96% e os adimplentes fossem só 4%. Portanto, esse é um tema sobre o qual V.Exa. poderia falar.

Outro ponto é relativo à agilidade do Banco Central. Como o Banco Central poderia ter mais liberdade? Ontem, na reunião de Líderes, o Líder do Governo defendeu a idéia de que poderíamos aprovar alguma coisa na área das fusões bancárias, para dar agilidade à ação do Banco Central, independente do CADE.

Todos acompanhamos, no fim-de-semana, as notícias sobre o Citicorp. Imagino o que se passou nesse fim-de-semana para se salvar o Citicorp. Evidentemente, ele só foi salvo porque se tinha agilidade, tinham-se instrumentos para tanto. Aliás, depois de ter deixado quebrar o Lehman Brothers, se o Governo americano não conseguisse salvar o Citicorp, estaríamos numa crise muito maior ainda.

V.Exa. foi Deputado — foi eleito, foi diplomado, portanto, foi Deputado. Não chegou a assumir, mas foi Deputado. Não pode dar conselhos aos Deputados, mas pode dar sugestões aos Deputados. Os que estão aqui são Deputados que significativamente vão levar às suas bancadas a mensagem de V.Exa.

Portanto, é esse o pedido que faço a V.Exa., louvando a prudência do Banco Central. Não fosse a prudência da política monetária, estaríamos numa situação muito pior — e temos de reconhecer isso. Provavelmente os balanços em real vão dar resultados extraordinários, embora em razão das variações cambiais. Mas isso não é o importante. O importante é de que forma este [p23] Parlamento pode ajudar o Brasil a enfrentar a crise e o brasileiro a sofrer menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Muito obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.

Presidente Henrique Meirelles, mais uma vez, destaco sua exposição ágil, clara, lúcida mostrando o trabalho que o Banco Central tem feito ao longo destes anos. Não posso deixar de registrar também o trabalho do Deputado Antonio Palocci à frente do Ministério da Fazenda, que, juntamente com V.Exa., executou uma política austera, cautelosa, cuidadosa, cujos reflexos pudemos agora observar na exposição feita por V.Exa. sobre os resultados da economia brasileira e como ela tem reais condições de enfrentar esse período de crise, evidentemente sabendo que teremos conseqüências em virtude da dificuldade que tomou conta das principais economias do mundo.

Respondendo ao Deputado Marcelo Almeida, registro que recebemos, na quinta-feira da semana passada, os novos parâmetros do Orçamento. O barril de petróleo saiu de 111 para 76 dólares; a inflação, de 4,5% para 5,19%; o câmbio, de R\$ 1,71 para R\$ 2,04, e um crescimento de 4% em vez dos 4,5% inicialmente previstos, que era a meta. Evidentemente, esperamos que, especialmente no item crescimento, esse número venha a ser confirmado pelo trabalho do Banco Central após o Natal, como disse muito bem aqui o Ministro Henrique Meirelles. Esses são os parâmetros.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O competente Deputado Jorge Khoury, da Bahia, está tendo grande sensibilidade — e o nosso programa está rodando em virtude desses parâmetros — para fazer uma avaliação do Orçamento, para que, assim, possamos ter uma peça orçamentária realista quanto a esse novo quadro que se apresenta.

Serei muito objetivo — o plenário está cheio, o que é muito importante e mostra o quanto os Parlamentares têm interesse em ouvi-lo — e farei somente duas perguntas.

Sr. Presidente, no momento em que os financiamentos ficam rarefeitos, quando os bancos internacionais fecham as torneiras, e a partir do momento em que o Programa de Aceleração do Crescimento tem teor fortemente energético em razão do papel da PETROBRAS, da ELETROBRÁS e de outras empresas estatais, pergunto a V.Exa. se, com a importância que as empresas de energia têm, em relação ao PAC e ao crescimento do PIB, esse novo quadro não afetará o crescimento brasileiro, trazendo o crescimento para patamares menores. Pergunto especialmente porque a PETROBRAS e a ELETROBRÁS representam quase 0,8% do PIB, portanto, valores consideráveis em virtude de tudo aquilo que alavancam.

Segunda questão. Evidentemente, não é função do Banco Central, como foi dito aqui, aconselhamento sobre o Orçamento fiscal. Pergunto, então: dentro de um quadro que nos leva a cortes, até pelas simulações que estão sendo feitas, de 8 bilhões de reais aproximadamente no Governo Federal, e com impacto nos Estados e Municípios de cerca de 7 bilhões em razão dos repasses aos Estados e Municípios e dos *royalties* do petróleo — e o Deputado Marcelo Almeida disse muito bem, estamos trabalhando com 111 e, no ano que vem, vamos trabalhar com a média de 76 —, hoje [p24], na visão de V.Exa., esses cortes devem predominar sobre o custeio ou sobre o investimento? É a pergunta que faço, até em virtude do momento que estamos vivendo.

Fundamentalmente, mais uma vez, quero agradecer a V.Exa. os esclarecimentos que nos trouxe e a competência com que tem trabalhado no Banco Central. V.Exa. honra o Governo do Presidente Lula e o Brasil pelo trabalho competente, com seus diretores, à frente do Banco Central.

Com a palavra, para responder aos questionamentos, o Presidente Henrique Meirelles.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu fui o último a me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - V.Exa. está inscrito?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Estou inscrito, e, antes de sair, o Deputado Mendes Ribeiro Filho anunciou que eu era o último inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Se o Ministro e os demais Parlamentares, porque já está acendendo a luz avisando o início da votação nominal em plenário,...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Mas será rápido. Vou ser rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Então, se V.Exa. puder ser bastante ágil, porque precisamos aproveitar...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Se for nessa pressão, retiro o meu nome, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Retira o nome? V.Exa. é Deputado igual aos demais e teria direito ao mesmo tempo, mas estamos premidos pela hora, e a inscrição de V.Exa. não está registrada na folha que recebi. V.Exa. afirma que pediu para se inscrever...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Senador, não aceito ser chamado de mentiroso. Pergunte ao Presidente anterior...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Não, Sr. Deputado...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - S.Exa. disse: *"O Deputado Chico Lopes será o último orador"*. Se alguém ouviu aqui, ajude-me. O Presidente está tentando dizer que eu estou querendo forçar a barra. E eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Não, Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - ... tenho bastante maturidade para isso. Esse cabelo branco aqui é de vida, não é de oportunismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Deputado, quero deixar claro a V.Exa. que o Deputado Mendes Ribeiro Filho foi muito claro quando disse que não mais aceitaria inscrições. E as inscrições estão aqui.

Com a palavra o Ministro Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral.

Vamos, então, endereçar de maneira mais objetiva e rápida possível as questões, exatamente em razão do compromisso dos Parlamentares e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Delcídio Amaral) - Presidente, só uma pequena interrupção. O Deputado José Guimarães está dizendo que havia pedido ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, mas a Assessoria de S.Exa. não colocou o nome do Deputado Chico Lopes. E eu não poderia deixar de registrar isso até para mostrar a coerência de S.Exa., mas



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

também a exatidão da minha conduta. Estou trabalhando com os nomes listados pela Assessoria e pelo Deputado Mendes Ribeiro Filho.

Presidente Henrique Meirelles, V.Exa. continua com a palavra.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado.

Em primeiro lugar, a pergunta do Deputado Pedro Eugênio sobre estudos setoriais referentes aos setores mais afetados pela crise. Se olharmos os canais de transmissão da crise, veremos, como mencionei, que o primeiro deles é o canal do crédito. Portanto, aqueles setores mais dependentes do crédito, não só no seu financiamento, mas também na sua venda, são os que tendem a ser mais afetados, principalmente aqueles dependentes do crédito internacional, como foi observado com clareza.

O segundo canal de transmissão é o comércio internacional, na medida em que os países grandes importadores, principalmente os Estados Unidos e países da Europa, na medida em que têm recessão, diminuição do produto, certamente demandarão os mesmos produtos importados, o que significa que aquelas companhias que exportam principalmente para os Estados Unidos e para a Europa e aqueles países que são mais dependentes sofrerão mais. Evidentemente, quem exporta para outros países que, por sua vez, exportam para os Estados Unidos, também tenderão a ser um pouco mais afetado. Isso envolve, entre outras coisas, os produtores de *commodities*, que são grandes exportadores.

Diversos estudos[p25] estão em andamento não só em áreas do Governo, mas também no setor privado e em órgãos de pesquisas e universidades. E, com certeza, com o tempo, teremos maior disponibilidade de dados para entender o efeito nos diversos segmentos. Ainda estamos em período muito preliminar da situação em que esses canais de transmissão começam a fazer algum efeito na economia brasileira. Portanto, vamos ter de aguardar um pouco o desenvolvimento desse assunto.

O Banco Central do Brasil tem alguns estudos, inclusive o seu relatório regional e seus relatórios de economia regional, e endereçará isso no seu devido tempo, com outros órgãos, além, evidentemente, do relatório da economia brasileira e de diversos segmentos e, se for aplicável ao caso, também o relatório da inflação.

Perguntou o Deputado Jilmar Tatto — e esta questão também foi feita por outros Parlamentares —, quanto à questão da regulamentação dos mercados internacionais, o que está fazendo o Brasil para conseguir uma melhor regulamentação dos mercados internacionais, visando evitar que se repita essa crise. O Deputado Dr. Pinotti fez a mesma pergunta, além de outros Parlamentares que vou mencionar mais à frente. Para responder isso, em primeiro lugar, é importante mencionar o que está sendo feito no mundo.

Foi constituído um órgão chamado Fórum de Estabilidade Financeira, que é formado por um grupo de países que começaram a propor uma série de norma reguladoras. Desse fórum fazem parte principalmente aqueles países que têm presença no Banco de Compensações Internacionais, que começou com iniciativa dos bancos centrais.

Na reunião do G-20, em São Paulo, o Brasil, que era o Presidente da reunião, fez uma proposta forte no sentido de que se deveria expandir a representação do Fórum de Estabilidade Financeira, que não incluía os países emergentes. E já foi tomada a decisão pelo Fórum de Estabilidade Financeira de incluir alguns emergentes, e temos uma indicação preliminar de que o Brasil deverá ser um dos primeiros a passar a fazer parte formalmente do Fórum de Estabilidade Financeira

Existe uma série de recomendações visando fazer com que o nível de risco assumido pelas instituições financeiras não atinja patamares excessivos, gerando esse tipo de crise, e que a transparência das operações para os agentes econômicos e a sociedade sejam mais transparentes.

E um terceiro tópico da maior importância é a questão das transações globais, operações financeiras globais, que não são apenas em um país específico.

Houve outras perguntas sobre isso — e já vou responder aqui. Já se falou, por exemplo, da questão dos mercados derivativos, dessas operações de alta alavancagem, algumas delas que causaram certa volatilidade dos mercados de câmbio e do crédito do Brasil há algumas semanas, já no processo de estabilização. Mas o que podemos dizer é que, de fato, o grande volume, as operações maiores não foram registradas no Brasil. É um grande banco internacional que faz uma operação com a subsidiária de uma empresa brasileira, ou mexicana, ou coreana no exterior. Essa operação não é registrada no Brasil. Portanto, o Banco Central do Brasil, autoridades regulatórias brasileiras não têm acesso a essas operações.

Estamos conversando com os bancos centrais de diversos países, visando ter acesso a esses dados de operações. E estamos tendo um sucesso relativo, mas o importante é que haja uma estrutura regulamentar de supervisão dessas operações internacionais. Essa, inclusive, é uma das propostas importantes do G-20. Portanto, isso está em andamento.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Existe um papel a ser desenvolvido pelo Fundo Monetário Internacional, mas eu gostaria de dizer que a grande notícia, como também já foi mencionado, é o fato de que o G-20 passa a ser, cada vez mais, o órgão de maior importância na coordenação das ações governamentais globais, ocupando paulatinamente o lugar antes exclusivo do G-7, na [P26]medida em que as economias emergentes passam a representar, cada vez mais, uma parcela mais importante da economia mundial. É natural que se evolua para uma representatividade de governo que inclua os países emergentes na discussão desses problemas.

Outra pergunta do Deputado Jilmar Tatto é em relação ao compulsório e à preocupação com o crédito. Indaga ele qual é a ação do Banco Central exatamente para que o compulsório liberado seja usado de forma mais eficaz.

Podemos dizer a S.Exa. que o Banco Central tem atuado fortemente e monitorado isso com muito cuidado. Em primeiro lugar, existem mecanismos específicos, e a liberação de compulsório só pode ser feita mediante comprovação de compra de carteiras ou de repasse para bancos que, de fato, estão aplicando esse recurso.

Ontem foi tomada, nesse sentido, uma medida da maior importância: a inclusão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social nesse processo, de maneira que tenhamos também uma ação dos bancos públicos, principalmente no caso do BNDES. Por quê? Nas estatísticas que mencionamos, vimos que a recuperação do crédito está se dando mais rapidamente na pessoa física, quando mostramos os dados dos primeiros dias de novembro sobre outubro. A pessoa jurídica cresceu, sim, mas bem menos. Cresceu pouco.

Portanto, esse foi um dos motivadores da ação no sentido de canalizar uma parte da liberação desse compulsório para o BNDES, um banco que aplica exclusivamente em empresas e tem grande experiência nisso.

Além do mais, existe uma determinação do Presidente da República no sentido de que os bancos públicos oficiais — Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia etc. — adotem um papel de liderança nesse processo de concessão de créditos e de normalização das taxas de juros na ponta da aplicação e dos *spreads*. Portanto, estamos monitorando isso com bastante atenção.

O Deputado pergunta se baixar agressivamente — palavras dele — a Taxa SELIC não seria uma forma de fazer o Brasil crescer mais rapidamente.

Gostaria de dizer a S.Exa. que, em primeiro lugar, já sabemos historicamente, e o Brasil é testemunha disso — é uma experiência mundial —, que não devemos esquecer a inflação. Quer dizer, a inflação não é uma forma de crescer rápido. Se inflação alta levasse a autocrescimento, talvez o Brasil tivesse sido um dos países de maior taxa de crescimento da humanidade, desde 1980. Tivemos a mais longa hiperinflação da história recente da humanidade. Não é por isso que crescemos a taxas de liderança mundial. Muito pelo contrário. Os países que mais cresceram foram aqueles que mantiveram a inflação estável.

Os países industrializados — Estados Unidos, Europa e muitos outros — têm anunciado corte de taxas de juros, certamente, e com razão.

O Presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, disse com bastante propriedade, recentemente, uma coisa muito simples: que a inflação nesses países está caindo fortemente. Nos Estados Unidos, por exemplo, já existem previsões de deflação no ano que vem.

É importante mencionar que os países estão em recessão. Quer dizer, os países estão tendo contração de produto e perspectiva de deflação. Então, a queda da taxa de juros é um processo absolutamente adequado e normal para países que têm meta de inflação. A inflação prospectiva está caindo, há perspectiva até de uma deflação. Os modelos nesses países, certamente, indicam que se deve fazer um corte de taxa de juros.

Outros detalhes importantes são notados. Tanto é que alguns países estão subindo a taxa de juros, principalmente aqueles que estão tendo depreciações cambiais muito fortes. Por exemplo: a Rússia e a Hungria.

De um lado ou de outro, o caso do Brasil é diferente. O Banco Central do Brasil, por meio do seu Comitê de Política Monetária, se reúne a cada 45 dias, aproximadamente. Em dezembro se reunirá. Posso assegurar às senhoras e aos senhores que o País levará em conta todos os fatores econômicos, e [P27]como sempre fez, a fim de que tome a melhor decisão para a sustentabilidade do crescimento da economia brasileira.

Nós não preanunciamos decisões nem damos dicas antecipadas de decisão, porque isso não faz parte de uma política de boa governança. A não ser que exista uma razão específica para que isso seja feito pelos canais formais. De qualquer maneira, é importante mencionar que o Banco Central do Brasil sempre está atento a todo o desenvolvimento do mercado, faz as suas projeções e toma a decisão mais adequada.

Finalizando, é importante mencionar, também respondendo uma série de perguntas conjugadas, o que fazer para crescer mais. Eu diria que é importante que cada país tome a decisão adequada ao seu caso. Depois vamos responder a mesma coisa em relação à política fiscal. Temos de ver qual é o problema do país. Qual é o problema de um país que tem recessão e perspectiva de queda muito forte da inflação, e até deflação. Política monetária é para isso. Temos de ver qual



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

é o problema de um país que tem grande perspectiva de queda de demanda, por exemplo, por queda de exportações, como é o caso da China. Então, é preciso fazer uma promoção do mercado interno. Temos de ver qual é o problema dos países que têm liquidez e que, portanto, têm de fazer uma política de gestão de liquidez. Temos de separar gestão de liquidez, promoção de demanda doméstica e questões inflacionárias. Portanto, nas respostas sobre política fiscal, voltarei a mencionar esse assunto.

Em relação à pergunta do Deputado Dr. Pinotti, há aparente contradição. De um lado, o Governo está dizendo para a população continuar a consumir, desde que tenha condições e renda para isso etc. Ao mesmo tempo, está permitindo, digamos, que os juros dos bancos subam. É importante mencionar que estão sendo tomadas medidas importantes para restaurar a liquidez e, em consequência, ter um efeito, em última análise, na taxa de juros dos bancos.

Como já mencionei, a ação do BNDES será fundamental no sentido de liderar esse processo de estabilização da taxa de juros. A ação dos bancos públicos também é importante, principalmente do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

O Brasil, nesse aspecto, neste momento, tem uma vantagem importante em relação a outros países. Refiro-me ao fato de ter bancos públicos fortes, com grande penetração; portanto, tem condições de influenciar o mercado na formação de taxas e na oferta de crédito. O Presidente da República já determinou a essas instituições que atuem no sentido de continuar aumentando a sua participação no crédito. O setor privado, certamente, com a estabilização, também irá normalizar no devido tempo a sua atuação.

Gostaria de mencionar também que nós não devemos nos esquecer de que, em 2003... Se pegarmos as taxas de juros que prevaleciam no mercado, por exemplo, em 2003 e compararmos com as taxas de juros dos últimos anos, vamos ver que elas foram caindo substancialmente. Por exemplo, a taxa média de empréstimo a pessoas físicas, em 2003, era substancialmente maior — quase 30% maior — ao ano, em média, na ponta, do que as taxas de juros que prevaleceram durante o mês de outubro.

De fato, subi a taxa de juros — cerca de 5% a 6% ao ano — nos últimos meses, particularmente de setembro a outubro. Mas devemos mencionar que essa taxa já tinha um patamar muito mais elevado no passado e tem uma trajetória média cadente. Significa que a estabilização da economia brasileira dá uma perspectiva, a longo prazo, de taxas cadentes. Não há dúvida. Essas são as experiências do Brasil e internacional. Dito isso, a curto prazo, a ação dos bancos públicos é fundamental.

O Deputado Luiz Carlos Hauly pergunta qual é o plano para enfrentar essa crise e o que vem daqui para a frente. Ele fala em ação preventiva e corte de impostos. Preocupa-se com algo que teria ouvido: que se prevê corte de impostos [p28] para as classes A e B.

Vou responder essa pergunta. Não estou a par de nenhum estudo no sentido de cortar impostos para as classes A e B, exclusivamente, mas vou me informar a esse respeito. Nunca ouvi falar nesse plano especificamente.

Indagam também: o que fazer? Qual é o plano?

Em primeiro lugar, temos uma crise. Se fizermos uma analogia com a questão médica... Existem vários médicos Deputados e Senadores. Então vamos usar o seguinte... A crise é um desarranjo, não há dúvida. É como se fosse uma doença do organismo. Se fizermos analogia médica, vamos ver que um bom médico, num bom hospital, quando chega um doente, tem de fazer o diagnóstico correto. Em se fazendo o diagnóstico, o tratamento tem de ser preciso. Quanto mais adequado o tratamento, melhor. Tanto é que a pesquisa médica evolui e aumenta.

No passado, quando éramos crianças, muitas vezes eram usados antibióticos de amplo espectro. Com a evolução da pesquisa, começou-se a detectar cada vez mais o tipo de doença, o tipo de bactéria e passou-se a usar um antibiótico específico. Quanto mais específico, melhor. Por quê? Não nos esqueçamos de que todo remédio tem efeito colateral. Não é verdade? Então, as ações anticrise também têm efeitos colaterais. Vamos falar sobre isso em seguida.

Qual é a questão? Temos de fazer um diagnóstico o mais preciso possível. E temos de evitar aquela atitude de pânico que às vezes até vemos nas famílias que enfrentam problemas médicos. O vizinho tem uma doença que é um pouco parecida e está tomando o remédio A, B ou C. O outro vizinho está tomando outro remédio. Vamos tomar todos esses remédios de uma vez para ver se conseguimos melhorar o tratamento. Não é assim. Isso pode piorar a situação, porque existem efeitos colaterais. Então o diagnóstico tem de ser preciso.

Por exemplo: o que houve nos Estados Unidos? Uma crise de crédito. Começou no mercado de *subprime*, evoluiu para o mercado de crédito imobiliário em geral, evoluiu para os empréstimos altamente alavancados — aquelas operações em que o valor dos empréstimos das empresas era muito superior ao do seu capital do negócio —, e isso gerou perdas de crédito muito grandes, o que gerou perdas de capital também muito grande dos bancos, o que fez com que os bancos perdessem a capacidade de emprestar da mesma forma que emprestavam antes. A capacidade de emprestar do banco que tinha um capital de 10 e passou a ter um capital de 5 diminuiu, aumentou a crise de confiança. Ao mesmo tempo,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

passaram a existir aquelas perdas de valor dos imóveis. Em resumo, houve todo um processo de crise acentuada, gerada por um problema de crédito.

Então, qual é a ação do Governo americano? Restaurar o capital dos bancos, como foi feito, por exemplo, no caso aqui mencionado de um banco — de domingo para segunda-feira, houve injeção de capitais no banco; total anunciado, 250 bilhões de dólares; nessa instituição, aparentemente 20; dar garantias de crédito para alguns papéis do mercado imobiliário e de crédito geral, alavancados ou não. Em resumo, há todo um plano no sentido de, de um lado, restaurar a normalidade do mercado de crédito; de outro lado, recuperar a capacidade dos bancos de emprestar. É um diagnóstico endereçado à crise específica.

Evidentemente, agora, com o aumento da crise, eles estão aumentando a abrangência desse plano, como tem sido anunciado nos últimos dias, de ontem para hoje. Existe a questão da indústria automobilística, entre outras. Em resumo, é feito todo um trabalho no sentido de tratar da questão da crise americana.

A China tem um problema diferente. Ela não tem crise de crédito. O que ela tem é uma grande dependência da exportação, particularmente para os Estados Unidos e para a Europa. Há uma queda das exportações, existe problema de demanda. A China está procurando aumentar a demanda interna com um grande projeto de incentivo fiscal [p29].

O Brasil não tem problema de demanda interna. Já mostrei aqui os números. Nossa massa salarial cresceu 8,6% até setembro. As vendas no varejo estavam crescendo a 2 dígitos, quando entramos no processo.

Então, nosso problema não é falta de demanda doméstica, no momento. Houve uma questão de liquidez — canal de liquidez e canal de comércio internacional, porque era de exportações. Mas esse problema atinge muito menos o Brasil, proporcionalmente, do que a China, por exemplo.

O tratamento tem de ser específico em relação a essas questões, e é o que está sendo feito no Brasil: todas as medidas, sejam de liquidez dos mercados de dólar; todos os leilões feitos pelo Banco Central do Brasil; todas as ações de restauração da liquidez doméstica também em reais, com a liberação de compulsórios; a canalização; a medida de ontem, por exemplo, do BNDES; a ação dos bancos oficiais etc. Ao mesmo tempo, dá-se uma ênfase muito grande à continuação dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento. Então, esse é um plano de ação básica. O plano tem de ser voltado para o problema específico: o efeito da crise no nosso País e não em outros países.

O Deputado Dr. Ubiali manifestou uma preocupação muito grande com o custo da dívida pública, que tem aumentado. Segundo ele, isso seria uma dificuldade, um problema no Brasil, inclusive em relação ao produto. Tem havido um aumento muito grande do custo da dívida pública.

Vou mencionar alguns dados para S.Exa.

Em 2005, o custo de juros da dívida pública foi de cerca de 7,3% do produto; em 2006, de 6,7%; em 2007, de 5,9%; em 2008, até agora, de 4,5%.

Se nós olharmos o acumulado em 12 meses, vamos perceber, mesmo durante a evolução de 2008 — acumulado em 12 meses, porque esses 4,5% que eu mencionei são de 2008 até agora —, que até outubro estava em 5,63%; portanto, inferior ao índice de 2007, e numa trajetória cadente. Dá uma idéia aos senhores. Em julho por exemplo, era de 6,33%; em agosto, de 6,31%; em setembro, de 5,92; em outubro, de 5,63%. Portanto, não há essa trajetória de aumento do custo da dívida. A preocupação de S.Exa. é legítima, mas é importante esclarecer isso.

O Deputado Júlio Cesar preocupa-se com o déficit em conta corrente, que está aumentando muito. O que o Brasil deve fazer para diminuir esse déficit?

Devo informar ao Deputado que o déficit em conta corrente brasileiro, segundo os dados divulgados pelo Banco Central, diminuíram em outubro. O déficit em conta corrente brasileiro, até outubro, no ano, estava em cerca de 24 bilhões de dólares. Portanto, a taxa média mensal era de cerca de 2,5 bilhões de dólares. Em outubro foi de 1,5 bilhão. E a previsão do Banco Central para novembro é que seja inferior a 1 bilhão. Portanto, o déficit em conta corrente brasileiro está numa trajetória cadente. A razão disso é a taxa cambial.

Existe um mecanismo natural, como temos dito nos últimos anos, de ajuste do balanço de pagamento, que é o câmbio flutuante. É a melhor forma de ajuste do balanço de pagamento.

O câmbio flutuante conjugado com reservas elevadas, que dão segurança, é um sistema bastante eficiente de controle de qualquer desequilíbrio estrutural que possa, portanto, ser corrigido.

S.Exa. se preocupa com o *swap* com o FED, com o que pode significar o *swap* com o FED. Houve também uma preocupação — depois vou mencioná-la — de outro Parlamentar no sentido de que isso possa gerar... Porque outros países que assinaram o *swap* têm renda *per capita* elevada.

Vou [P30]voltar também àquela questão, mas diria o seguinte, o Swap com o FED é um acordo muito simples. No momento em que o Banco Central do Brasil e o Governo brasileiro decidirem que é o momento de executar o acordo, notificaremos a oferta ao Reserv americano, eles fazem um crédito de 5 bilhões de dólares na conta do Banco Central, e



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fazemos um crédito equivalente em reais na conta do Federal Reserv americano. Eles passam a ter reais nas suas reservas, e nós passamos a ter mais 5 bilhões de dólares nas nossas reservas. Achando que é mais um outra parcela, nós notificamos mais 5 bilhões, até um valor total de 30 bilhões.

Não há condicionalidade nessa política, não há juros, uma troca simplesmente de moeda, uma operação extremamente positiva.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - No Câmbio do dia sempre, Presidente?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - No câmbio do dia, exatamente.

Trata-se de uma operação que tem, portanto, uma outra grande vantagem, que é totalmente opcional ao Brasil: podemos ou não fazer. Portanto, não há custos, na medida em que as 2 pessoas se preocupam, por exemplo, porque no passado aquelas operações de outros organismos, etc., em que existiam as chamadas condicionalidades de política econômica. Esse é um acordo anunciado: com países que tenham a política econômica muito bem feita, saudável. Portanto, é simplesmente uma troca de moedas, uma medida muito positiva, que reforça a situação do Brasil.

A outra preocupação do Deputado é em relação ao fato de que os Estados Unidos estão anunciando dispêndios importantes no plano de contenção da crise; até que ponto seria uma preocupação aplicações no título do Tesouro americano. Em resumo, até que ponto isso deveria preocupar o Brasil e outros países que têm aplicações em títulos do Tesouro americano.

Antes de mais nada, vou chamar a atenção para um detalhe importante. O Deputado Júlio Cesar fala exatamente de uma preocupação com efeito colateral. Quer dizer, as medidas fiscais de apoio importantes de promoção de saída da crise não têm ausência de custo — aí já existe uma preocupação com o custo. Se um país gastar excessivamente, pode ter problema de solvência nas contas públicas no futuro.

Em relação aos Estados Unidos da América, no entanto, Deputado, vamos dizer que é uma economia extremamente poderosa, que tem uma grande capacidade de financiamento, e os mercados reagem muito rapidamente a esse tipo de problema. Estamos vendo, com esse processo, que, apesar desse aumento de gastos, os títulos do Governo americano não estão caindo de preço; estão aumentando. É considerado ainda, apesar disso, um porto seguro, no sentido de que se trata de uma economia muito forte, muito poderosa, e os títulos são denominados em dólares, evidentemente a moeda americana. Portanto, é ainda uma moeda reserva.

Outro dado da maior importância é que, por exemplo, outros países não têm necessariamente moedas ou títulos com liquidez internacional que nos permitam comprar. A maioria da reserva mundial está aplicada ainda em dólar ou em euro — uma boa parte está aplicada em euro — exatamente porque existem limitações importantes para se aplicar em outras reservas. Razão pela qual a própria China, além de outras razões, aplica também em títulos americanos.

Eu gostaria de assegurar ao Sr. Deputado que a reserva brasileira está muito bem aplicada, muito segura. Monitoramos isso cuidadosamente, e os títulos do Tesouro americano, na realidade, estão se valorizando, ganhando valor, não perdendo.

Devo dizer, em relação à última pergunta do Deputado "*de onde vem a energia no momento em que o Brasil aumenta um pouco o seu consumo energético?*" que não sou exatamente um especialista em energia. Excelência, pelo que estou informado, o Brasil tem feito investimento, nos últimos anos, na geração de energia por termoelétrica, seja [P31] com uso de *diesel*, seja até com o uso de gás, além da geração de construção de pequenas e médias hidrelétricas, além evidentemente dos grandes projetos hidrelétricos, fundamentais para o desenvolvimento do País, aqueles que estão sendo feitos para o futuro.

Outra pergunta se refere à preocupação com o fato de o BNDES não estar financiando suficientemente o Nordeste, e inclusive em algum momento ter financiado algumas companhias estrangeiras na compra de aviões da EMBRAER; empresas brasileiras não têm acesso a essa compra. Eu gostaria de dizer que o BNDES tem uma captação variada. Ele capta o FAT, sim, a maior parte, há uma parcela do FAT que tem vinculação à variação cambial, e o resumo de toda a situação é que o BNDES tem dado lucros recorrentes nos últimos anos, o que significa que seu *funding* certamente tem tido um custo menor do que a remuneração dos seus ativos. Portanto, o Banco tem dado lucros importantes.

Dito isso, certamente vou transmitir ao Presidente Luciano Coutinho — que não é Deputado ainda, como eu, infelizmente, que também não o sou no momento — a preocupação de V.Exa. com referência ao aporte de recursos do BNDES no Nordeste.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Presidente?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Perguntei dos 205 bilhões, quanto tem aplicado no Tesouro americano e no europeu.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Vou responder a V.Exa. em 1 minuto, Deputado: 142 bilhões 826 milhões de dólares em títulos do Tesouro americano; 12 bilhões 770 milhões de dólares em títulos de governos europeus, em ouro. Esse é o total de aplicações em títulos desses governos. Devo adiantar também que são posições consistentes com maioria das reservas do mundo. Certamente monitoremos isso cuidadosamente.

O Deputado Marcelo Almeida pergunta se um déficit nominal zero aumentaria as chances ou a possibilidade de recebermos uma melhora no grau de investimento. Não há dúvida de que um dos fatores levados em conta pelas agências de *rating* é a situação fiscal. Portanto, a melhora nos números do déficit nominal certamente ajuda nesse processo. O número zero é simbólico, mas uma melhora no desempenho do déficit nominal ajuda. Segundo dados divulgados pelo Banco Central, hoje, de janeiro a outubro de 2008, o déficit público nominal é de 0,08. Portanto, pelo menos até o mês de outubro, estamos próximos do desejo do Deputado Marcelo Almeida.

Por que o barril de petróleo caiu tão rápido? Bom, o barril de petróleo caiu rápido por uma série de razões. Em primeiro lugar, pela queda brusca de demanda mundial. Temos notícias, por meio do monitoramento cuidadoso que o Banco Central faz em diversos indicadores econômicos do mundo, por exemplo, de que existe um grande número de navios-tanque parados próximos da China e de outros países asiáticos exatamente pela queda muito forte da demanda por petróleo daqueles países. Não há dúvida, há uma queda brusca do nível de atividade, há uma demanda por petróleo cadente e, portanto, isso reflete, na medida em que o petróleo, tal qual outras *commodities*, não tem tanta flexibilidade de oferta, a oferta não cai com tanta rapidez, como sabemos. Os poços de petróleo continuam produzindo, as refinarias também, os cortes de produção são cuidadosamente negociados no âmbito da OPEP, da qual nem todos os países fazem parte.

Resumindo, em geral, a oferta de *commodities* não é inflexível. Existe flexibilidade, sim, num prazo maior, mas não há dúvida de que a demanda, às vezes, tem uma flexibilidade mais rápida, portanto, tem uma variação, tanto que chegou a 150 dólares, em certo momento; quando a demanda estava muito forte, caiu rapidamente. Existe, evidentemente, antecipação dos mercados futuros, etc. —antecipam movimentos e às vezes os acentuam.

O Deputado Antonio Palocci faz uma recomendação no sentido de que o Banco Central continue atento e tomando medidas visando reforçar a oferta de crédito ou prevenir que o crédito venha a contrair. Certamente, concordamos com a recomendação do Deputado. Estamos fazendo isso de forma rigorosa e criteriosa. E, mais uma vez — já estamos falando isso há um ano —, o Brasil está mais forte para enfrentar a crise, mas não é imune a ela. Não devemos ter essa ilusão. Estamos trabalhando fortemente, os números e as previsões internacionais e nacionais, a própria previsão do Governo brasileiro menciona que o Brasil vai ter uma desaceleração o ano que vem, mas não há dúvida de que será melhor do que a média dos países. Há estatísticas que mostram que o Brasil vai crescer mais do que a média mundial. Portanto, está mais forte, está em melhores condições, mas isso não quer dizer que será absolutamente imune. Estamos tomando todas as medidas necessárias, dentro das possibilidades do País, para preservar a economia brasileira dos piores efeitos da crise internacional.

O Deputado Carlito Merss fala do mecanismo de regulação, o que se pode fazer para regular os mercados financeiros internacionais de maneira a evitar uma crise similar. Já respondi a essa pergunta; posso apenas sumariá-la mais uma vez, dizendo que temos participado intensamente, inclusive no âmbito do G-20. As recomendações estão em andamento, vamos começar a participar do Fórum de Estabilidade Financeira Internacional e claramente vamos ter isso em mente.

O Brasil tem uma boa experiência nesse setor, é considerado um dos países que têm melhor regulação. Apenas um exemplo: um dos problemas nos Estados Unidos é que os bancos de investimento não tinham nem normatização de mercado financeiro nem fiscalização das autoridades que fiscalizam o mercado financeiro. No Brasil, os bancos de investimento são completamente regulados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil.

Isso é um exemplo, há uma série de outros. Os resultados do Brasil, hoje, no sistema financeiro, mostram que pode, sim, através do Banco Central do Brasil e de outros órgãos do Governo, contribuir para a melhora da regulação internacional.

O Deputado Alfredo Kaefer faz uma observação interessante. S.Exa. diz que onde não há padaria, o Governo abre uma panificadora. Então, o Governo brasileiro segue essa linha de ação, no sentido do que mencionei: não só mecanismos de leilões, de linhas em dólares para o mercado de financiamento da exportação brasileira, para que o mercado possa financiar a exportação brasileira, liberação de compulsórios, liberação de recursos para o BNDES — não só do compulsório como de outras fontes, como já anunciado —, e também a ação dos bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Não há dúvida de que existe uma ação claramente de governo.

A outra pergunta do Deputado é por que não usar mais reservas para irrigar o mercado financeiro. De novo, Deputado, digo que o remédio tem de ser aplicado de acordo com o problema e na dosagem adequada. Nós, do Banco



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Central, anunciamos que atenderemos toda a demanda por linhas em dólares para financiamento do comércio exterior. Estamos fazendo, rigorosamente, pesquisas não só da demanda do uso dos recursos que os bancos receberam do Banco Central via leilões. Podemos assegurar que não há carência de linhas de crédito em dólares para os bancos financiarem as exportações. Poderemos ter dificuldades na ponta de aplicação dos bancos, que é o que estamos discutindo de novo. Aí [p33]entra a questão da ação dos bancos públicos para aumentar a competição. De qualquer maneira, é importante dizer que estamos agindo, sim, nesse sentido.

Em relação à outra pergunta do Deputado, se não há outros mecanismos para controlar a inflação que não a Taxa SELIC, se não poderíamos usar o mecanismo que permitisse baixar o juro dramaticamente e ao mesmo tempo crescer e rolar a inflação, devo dizer que o Brasil já tem uma experiência longa nesse aspecto. Na década de 80, inovamos, testamos quase todos os modelos alternativos de controle de inflação. Tivemos tablita, cruzado, planos, confiscos, caça ao boi no pasto, uma série de metodologias. Depois, usamos também tabelamento do dólar.

O que hoje, de fato, funciona com maior eficiência no mundo inteiro, inclusive no Brasil, é o mecanismo de arcabouço de metas de inflação com o uso do instrumento de política monetária. O efeito disso, no Brasil, tem-se mostrado muito positivo, haja vista a estabilidade hoje e a taxa de crescimento média do Brasil nesses últimos anos, que tem tido patamares substancialmente superiores à média histórica brasileira, inclusive os números que aqui mostrei — 2 milhões e 100 mil empregos criados nos últimos 12 meses. Isso tudo é resultado da estabilidade.

Outra pergunta: se o Banco Central não deveria se recusar a captar recursos dos bancos para que não os captassem no mercado e os aplicassem em títulos do Governo. Eu diria que o bancos hoje pagam, por captar recursos do mercado, uma taxa superior àquelas que eles recebem se aplicarem numa operação compromissada do Banco Central um título público. Portanto, é uma aplicação a prejuízo. O Banco Central está tomando medidas importantes nessa área, como, por exemplo, aqueles recursos de compulsório que foram disponibilizados para compra de carteiras ou aplicação em outros bancos que não forem usados — remuneração zero, tudo isso.

Então, realmente o caminho de novo é o de termos cada vez mais uma ação dos bancos públicos, como é o caso do BNDES, que mencionamos, e as outras instituições, aplicando os recursos. Isso certamente estará sendo seguido pelo setor privado também, que já está acontecendo. Inclusive, os maiores bancos têm anunciado crescimento dos valores de crédito. Existe uma questão setorial de bancos pequenos que não estão crescendo. Há todo um trabalho sendo feito para exatamente tentar e, com relativo sucesso, gerando maior liquidez para as instituições menores.

Em relação à pergunta sobre outros países, no sentido de que os Estados Unidos estão gastando valores fabulosos e se não deveríamos fazer o mesmo para promover a economia, eu mencionaria a preocupação do Deputado com a solvência daquele país. Eu acho que os Estados Unidos vão gastar, de fato, recursos importantes, mas não terão problema de solvência. Chamo a atenção para o fato de que existe, sim, um problema de efeito colateral. Ou seja, os países têm de tomar certo cuidado com o uso do medicamento para não criar problemas maiores lá na frente. Portanto, acredito que o Brasil está tomando as medidas adequadas.

Quanto à recomendação de alongar a performance cambial, certamente vamos levar esse estudo — tenha certeza disso, Deputado — à nossa área internacional e analisar com toda a atenção.

Falou-se de maior interação do Banco Central com o Congresso americano. O Deputado mencionou que nos Estados Unidos, principalmente, há intensa discussão sobre medidas a tomar. Deputado, existe um ditado chinês que diz que tudo na vida tem vantagem e desvantagem. Uma das razões dessa discussão toda nos Estados Unidos é o fato de eles estarem em recessão e terem a maior crise da história desde 1929. Isso está fazendo com que tenham dispêndio de recursos fiscais bastante substanciais e tem que passar pelo Congresso.

Existem, no Congresso Nacional, algumas discussões importantes em relação a isso. Algumas já estão na Casa, seja a Medida Provisória nº 242, seja a Medida Provisória nº 243. Existem discussões referentes ao Orçamento. Em resumo, existem medidas importantes, sim. Depois, por sugestão do Deputado José Carlos Aleluia, vou mencionar algumas que acho que são medidas importantes e que devem ser discutidas.

Eu acho que, sim, Deputado, é importante a participação do Congresso nesse processo. Felizmente, no Brasil, nós não estamos vivendo a situação que os Estados Unidos estão vivendo. Felizmente, nós não estamos tendo que viver aquele tipo de discussão dramática. Dito isso, eu acho que a participação do Congresso é fundamental, vital. O Congresso, em última análise, é o Poder representante da população, juntamente com o Executivo.

Particularmente, eu diria que a minha presença no Congresso não é rara, Deputado. No mínimo, venho ao Congresso seis vezes ao ano — no mínimo, quatro vezes ao Senado e duas vezes aqui. Além do mais, estive outras vezes aqui presente. Por exemplo, recentemente, estive aqui duas vezes, em companhia do Ministro Guido Mantega, e acabo de aceitar um convite para vir à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no dia 16 de dezembro. Portanto, eu tenho o



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

maior prazer e a maior satisfação de estar aqui, Deputado. V.Exa. também está convidado para ir ao Banco Central, onde podemos discutir todas essas questões.

O Deputado José Carlos Aleluia me pergunta o que pode fazer o Congresso exatamente nessa mesma linha e que projetos, na nossa avaliação, são importantes e deveriam ser prioritários no Congresso.

Evidentemente, demandado pelo Deputado, tomo a liberdade de dar a minha opinião. Eu acho que o projeto do cadastro positivo é da maior importância. Por quê? Porque nós estamos falando aqui em problema de crédito, e muitas vezes problema de crédito de uma empresa ou de pessoa física que têm dificuldade de acesso ao crédito numa instituição nova. Não se obtém crédito no banco com quem se trabalha há muitos anos e, então, quer-se mudar de banco — e às vezes ouve-se falar de um outro banco. Eu mencionei que há diversos bancos que estão, na realidade, aumentando a sua oferta de crédito. Só que alguém chega lá e não tem cadastro.

Então, isso é um dos mecanismos que emperram exatamente a irrigação do compulsório, como mencionei. Uma das razões é que o cliente tem dificuldade num banco e tem dificuldade de conseguir crédito num outro. Então, uma das maneiras pela qual, na minha opinião, o Congresso Nacional poderia ajudar de fato bastante essa questão de crédito e de liquidez seria discutir e, se possível, aprovar, dependendo do julgamento da Casa evidentemente, o projeto de cadastro positivo. Esse cadastro permite que o cliente vá a um outro banco e autorize o outro banco a acessar o seu cadastro imediatamente. Portanto, a possibilidade de ele mudar de banco fica viabilizada. Na minha opinião, esse é hoje um dos grandes impedimentos para que consigamos o que os Srs. Parlamentares estão a demandar, que é uma melhor irrigação do crédito para todo o sistema.

Além do mais, existem outras medidas. Uma delas é, por exemplo, a questão da conta-salário, que, tenho a satisfação de anunciar, estará em vigor, a partir do dia 1º de janeiro de 2009, para todos os trabalhadores do setor privado nacional. Isso significa que o funcionário de uma empresa que recebe o salário em um banco pode solicitar uma transferência automática, sem taxas, para qualquer banco que ele quiser, a qualquer momento — é uma outra coisa importante. Mas para essa medida já está estabelecido o prazo, que foi dado desde o ano passado e estará em vigor para o setor privado a partir de 1º de janeiro. E o setor público tem regras similares que já estão em implantação.

Outro projeto da maior importância é a questão da definição de funções entre o Banco Central do Brasil e o CADE. É um outro projeto da maior importância. Ele é fundamental porque permite ao Banco Central do Brasil, de um lado, definir aquelas fusões que são de interesse da Nação, interesses da saúde do sistema, que, então, têm que ter um trato mais rápido do que aquelas outras que não têm interesse sistêmico e que, portanto, poderão ser analisadas normalmente pelo CADE. Isso é objeto de um estudo conjunto do CADE e do Banco Central concluído já há alguns anos e, portanto, é um outro projeto que eu recomendo.

Em relação à pergunta do Senador Delcídio Amaral, se a queda do petróleo afetará o Brasil por causa das grandes companhias produtoras de energia no Brasil, particularmente a PETROBRAS, eu diria, Senador, que não há dúvida de que a queda do preço das *commodities* tem um certo efeito na capacidade de exportação das companhias brasileiras e do Brasil, que é exatamente uma das razões pelas quais se prevê uma certa desaceleração do crescimento do País no próximo ano, como eu mencionei. Mas não há dúvida de que isso é sazonal, melhor dizendo, cíclico, e, certamente, num determinado momento, o petróleo se recuperará. Pelas informações que eu tenho, a PETROBRAS mantém firme os planos de investimento na camada de pré-sal e de não se deixar influenciar por essa queda, que será certamente temporária, cíclica, do preço do petróleo. A empresa já está preparando o País para o próximo ciclo de aumento da demanda por petróleo e, portanto, aumento da oferta brasileira.

Em relação à questão do corte no Orçamento, deve predominar sob custeio o investimento. Evidentemente que isso é uma decisão da Casa, é uma decisão dos Parlamentares, mas eu diria que, do ponto de vista macroeconômico, não há dúvida de que o corte de custeio teria uma certa procedência da nossa visão sobre o corte do investimento. Não há dúvida de que o investimento é absolutamente fundamental nessa hora. Não estou entrando no mérito de cada despesa de custeio específica ou importante, que pode ser de uma área crítica. Isso aí é uma decisão dos Srs. Deputados.

Mais uma vez menciono que, infelizmente, tudo na vida tem vantagens e desvantagens. De um lado, tive uma satisfação muito grande, uma grande honra de poder servir ao País no Banco Central do Brasil e, de outro lado, eu perdi a oportunidade de exercer o mandato aqui nesta Casa.

Foi a última pergunta. Agradeço a todos a atenção.

Mais uma vez, estamos à disposição no Banco Central para responder a qualquer pergunta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio Amaral) - Agradeço a todos os Parlamentares, ao Presidente Henrique Meirelles e aos seus diretores.

A reunião está encerrada.

Muito obrigado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização